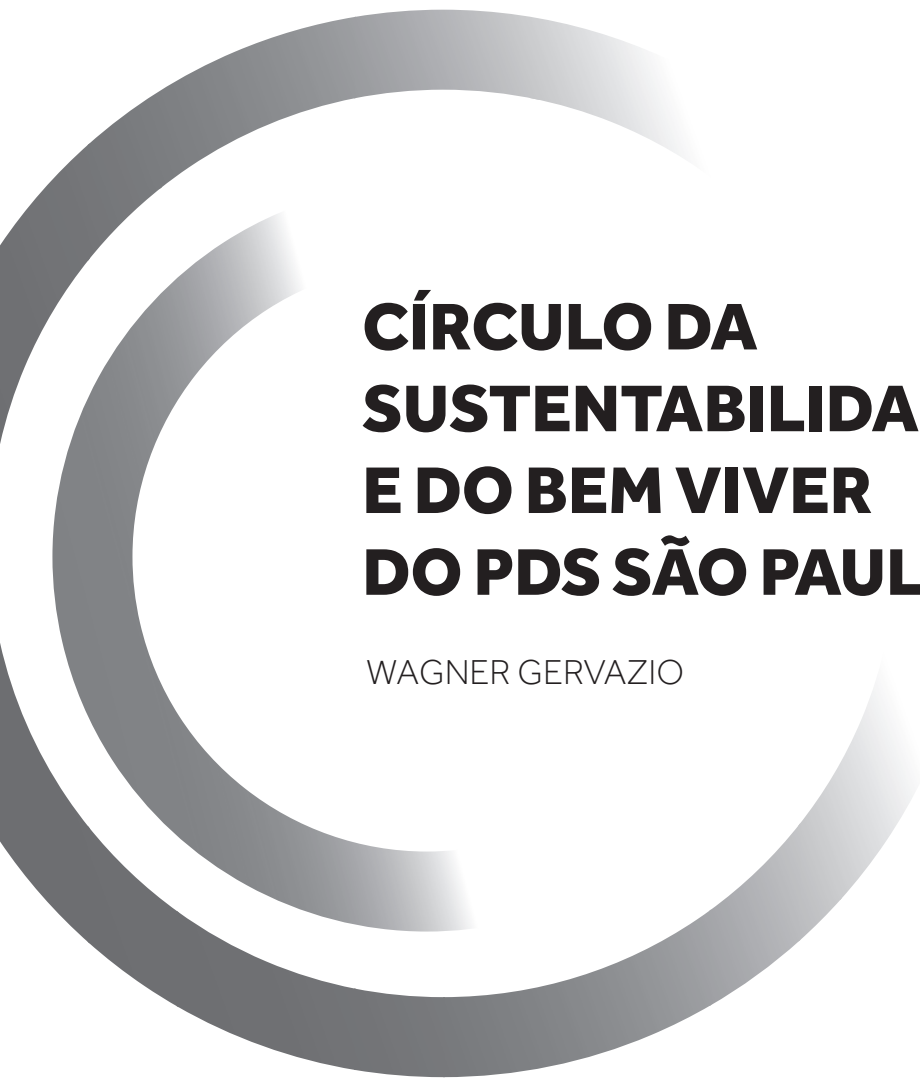


CÍRCULO DA SUSTENTABILIDADE E DO BEM VIVER DO PDS SÃO PAULO

WAGNER GERVAZIO



CÍRCULO DA SUSTENTABILIDADE E DO BEM VIVER DO PDS SÃO PAULO

WAGNER GERVAZIO

1ª Edição

Alta Floresta | Mato Grosso
2019

CÍRCULO DA SUSTENTABILIDADE E DO BEM VIVER DO PDS SÃO PAULO

WAGNER GERVAZIO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Agência Brasileira do ISBN - Bibliotecária Priscila Pena Machado CRB-7/6971

G386 Gervazio, Wagner.

Círculo da sustentabilidade e do bem viver do PDS São Paulo / Wagner Gervazio. — 1. ed. — Alta Floresta : Feeling, 2019.

110 p. : il. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-81443-00-9

1. Posse da terra - São Paulo. 2. Trabalhadores rurais - Condições sociais - São Paulo. 3. Desenvolvimento rural. 4. Movimentos sociais - São Paulo. I. Título.

CDD 333.318161

Meus mais sinceros agradecimentos...

À Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, em especial à Faculdade de Engenharia Agrícola – Feagri;

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq pela concessão de bolsa no Brasil e no México;

À Professora Doutora Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco pela orientação, pelos ensinamentos e amizade;

Aos meus familiares, minha mãe Lourdes Félix da Rocha Gervazio, ao meu pai Orival Gervazio, aos meus irmãos Marcos Paulo Gervazio, Adriana Gervazio, Ana Paula Gervazio e João Ricardo Gervazio (in memoriam) e aos sobrinhos e sobrinhas;

Aos agricultores/as familiares assentados/as do Assentamento PDS São Paulo em Carlinda-MT pela construção do conhecimento e pela participação neste projeto;

À Simone Cordeiro pelo companheirismo e por me levar no Assentamento para desenvolver este trabalho;

Ao amigo Luan H. Bazílio Costa por me levar no Assentamento;

Ao Professor Dr. Delmonte Roboredo, da Unemat;

E acima de tudo, a Deus, o Ser maior.

Wagner Gervazio

Dedico este trabalho a todos os agricultores e as agricultoras familiares do assentamento PDS São Paulo, em Carlinda-MT!

PREFÁCIO

Quando fui convidado para fazer este prólogo me senti extremamente lisonjeado em prefaciar esta relevante obra oriunda da tese doutoral de Wagner Gervazio intitulada "CÍRCULO DA SUSTENTABILIDADE: Método científico-pedagógico para avaliar a sustentabilidade de assentamentos rurais na Amazônia norte mato-grossense". Esta tese é revestida de grande contribuição para a pesquisa qualitativa, pois foi realizada com completa imersão no Assentamento PDS São Paulo durante o período de coleta de dados, realizada de forma construtivista trilhando as orientações do saudoso Paulo Freire, olhando as famílias assentadas como sujeitos do processo e não como meros objetos de coleta de informações.

O Wagner Gervazio bebeu da fonte da sabedoria da Profa. Dra. Sonia Maria P.P. Bergamasco, sua orientadora. Ele aprofundou seus conhecimentos fazendo o doutorado na área de Concentração "Gestão de Sistemas na Agricultura e Desenvolvimento Rural pela Faculdade de Engenharia Agrícola da Unicamp (Universidade de Campinas)".

O autor estrutura este valioso livro da seguinte forma: Apresentação; Introdução; seguido de 3 capítulos (Círculo da História do PDS São Paulo; Círculo do Diagnóstico do PDS São Paulo; e Círculo da Sustentabilidade e do Bem Viver do PDS São Paulo).

Na "Apresentação" os leitores poderão conhecer a história do jovem pesquisador Wagner Gervazio, nascido (1982) e criado na Comunidade Rural Estrela do Sul, no município de Alta Floresta. Oriundo de uma das famílias mais tradicionais na abertura do município (1979) – família GERVAZIO - referenciais à época como produtores de café robusta (*Coffea canefora*). Leiam a apresentação para conhecer sua trajetória de vida. Imperdível.

Na "Introdução", o autor descreve a estratégia metodológica de aproximação com as famílias assentadas, bem como ressalta a importância da apresentação do projeto de pesquisa à comunidade e a imprescindibilidade do consentimento dos agricultores/as em participarem da pesquisa. Neste tópico o autor descreve sobre sua imersão no PDS São Paulo. O livro desperta em nós pesquisadores a importância dessa imersão na perspectiva de conhecer a realidade do ambiente a ser pesquisado.

No primeiro capítulo "Círculo da História do PDS São Paulo" o escritor apresenta a

história do assentamento desde "A chegada das famílias à Amazônia" (décadas de 1970/1980), a organização e "luta pela terra em tempos de acampamento". O autor destaca todas as ações, inclusive o acampamento dentro da legalidade, até conseguirem a almejada Portaria do INCRA/SR-13/MT N° 014/12, de 27 de março de 2012, de criação do Assentamento PDS São Paulo.

No segundo capítulo "Círculo do Diagnóstico do PDS São Paulo" o autor destaca as diversas dimensões do assentamento com destaque para a gestão do assentamento (dimensão administrativa) realizada pela Associação do Trabalhadores Acampados nova Conquista (ATNC) - entidade representativa dos trabalhadores acampados - e várias outras dimensões (política, social, cultural, econômica, ética, escala, técnica, ambiental e energética) que permearam e ainda ocorrem no PDS São Paulo.

O terceiro capítulo "Círculo da Sustentabilidade e do Bem Viver do PDS São Paulo", o autor apresenta, de forma sucinta e clara a percepção das famílias concernente a três subtítulos: i) A sustentabilidade e o bem viver do Assentamento PDS São Paulo; ii) Círculo das percepções e narrativas sustentáveis do PDS São Paulo; e iii) Percepções e narrativas sustentáveis do PDS São Paulo.

Neste capítulo o autor aprofunda a discussão sobre a sustentabilidade com destaque para a "relação mais harmônica entre homem e natureza e do bem viver" e busca captar o que as famílias compreendam por sustentabilidade e por bem viver. Estes educadores nos levam a refletir sobre a correlação entre sustentabilidade e bem viver inspirado em Boff (2010:18) quando escreve que a "sustentabilidade de uma sociedade se mede por sua capacidade de incluir a todos e garantir-lhes os meios de uma vida suficiente e decente".

O autor detalha como criou o "Círculo da Sustentabilidade" do PDS São Paulo segundo a percepção das famílias assentadas e apresenta um gráfico radar de fácil compreensão dos pilares que mais requerem atenção PDS São Paulo: organização, a política e a produção. Enquanto a história, a ética, a religiosidade e a preservação são os pilares melhor avaliados pelas famílias.

Por conseguinte, esta é uma notável obra que todos devem ler, escrita com uma linguagem simples, mas de profunda acurácia científica. Boa leitura.

Delmonte Robredo

Prof. Dr. Da Unemat

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
Para início da conversa...	13
INTRODUÇÃO	15
CÍRCULO DA HISTÓRIA DO PDS SÃO PAULO	17
A chegada à Amazônia	19
Assentamento PDS São Paulo - a luta pela terra em tempos de acampamento	26
CÍRCULO DO DIAGNÓSTICO DO PDS SÃO PAULO	45
Introdução	47
Dimensão política	48
Dimensão social	49
Dimensão cultural	51
Dimensão econômica	52
Dimensão ética	52
Dimensão alimentar	53
Dimensão escala	53
Dimensão técnica	53
Dimensão ambiental	53
Dimensão energética	55
CÍRCULO DA SUSTENTABILIDADE E DO BEM VIVER DO PDS SÃO PAULO	57
Introdução	59
A sustentabilidade e o bem viver do Assentamento PDS São Paulo	60
Círculo das percepções e narrativas sustentáveis do PDS São Paulo	67
Percepções e narrativas sustentáveis do PDS São Paulo	68
ACERVO HISTÓRICO-FOTOGRAFICO	75
Imagens históricas	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107

APRESENTAÇÃO

Para início da conversa...

Minha consciência político-ideológica é fruto de minha formação e vivência nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), em especial na Comunidade rural Estrela do Sul, na qual resido ainda hoje, na região de Alta Floresta, Amazônia norte mato-grossense. Foi nesta região que nasci em 1982, dois anos após meus avós paternos e meus pais chegarem à Alta Floresta, MT.

Presenciei o auge da produção de café, ajudando meus pais e irmãos na colheita. Era a principal fonte de renda da nossa família e de muitas outras que vieram à região com a esperança de uma vida melhor. Na época, a ordem era derrubar tudo, não se preconizava a conservação das matas ciliares, tampouco das reservas legais. Muitos hectares de floresta foram tombados para a expansão das culturas do café, guaraná, seringueira e pastagens. Hoje, boa parte da região, está com suas áreas degradadas.

Na Comunidade Estrela do Sul, sempre tive uma vida ativa, participando da comunidade. Aos meus 15 anos de idade, no ano de 1997, ajudei a fundar um grupo de jovens com o objetivo de organizá-los para a formação e a atuação na igreja e na comunidade. Organizamos festas comemorativas, teatros, celebrações, cursos de formação, momentos de lazer/esporte, etc. Porém com o passar do tempo, os jovens iam terminando o ensino médio e se mudavam para a cidade. Esta situação sempre me incomodava.

Por fazer parte do grupo de jovens, no ano 2000 conheci a Pastoral da Juventude Rural (PJR) em Brasília, a convite do Padre Luís Paulo, quando participamos do 1º Congresso Nacional da Juventude Rural. Foi neste congresso que despertou em mim a indignação pelas injustiças e a vontade de lutar pelos camponeses da nossa região, e em especial pela juventude rural. Na oportunidade conheci também a agricultura sustentável e a agroecologia. Durante sete anos (2000-2007) realizamos muitos trabalhos de formação e de organização da juventude rural na região da Amazônia norte mato-grossense. Neste período conheci a ideologia, o socialismo, o comunismo, a política e me filiei ao Partido dos Trabalhadores; enfim, realizei minha formação política à luz

do evangelho e das CEBs. Foi também neste período que demos o nome ao grupo de jovens de "Grupo de Produção e Resistência Chico Mendes" procurando desenvolver projetos de produção para a permanência da juventude no campo. Assim, montamos um viveiro de mudas de espécies florestais e frutíferas para a comercialização na região. Infelizmente não houve êxito na venda de mudas, quando resolvemos então realizar a recuperação de matas ciliares degradadas realizando o plantio em mutirão. Os anos foram passando, os jovens saindo do campo e eu fui ficando e vendo as crianças crescerem e se tornarem minhas amigas/amigos e participando do grupo de jovens que durou até o ano de 2015.

Ao terminar o ensino médio na Escola Estadual Ouro Verde, uma escola do campo, com 23 anos, iniciei minha vida profissional como professor (2003-2007). Era comum faltar professor com graduação na época nas escolas do campo da região. Foi nesta escola que estudei do 6º ano do ensino Fundamental ao 3º ano do ensino Médio.

Minha família e eu sempre vivemos no campo e do campo. Por esse motivo cursei Agronomia na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT/2003-2007). Foi na minha formação profissional que teorizei a agricultura sustentável e agroecologia. Durante a graduação, que era integral, no período da noite continuava como professor da Escola Ouro Verde. Consegui continuar morando no campo e estudar agronomia, apesar de muita luta. No primeiro semestre da faculdade, como não tínhamos moto, eu pegava carona (caminhão de bois, de tora, carros, etc.) todos os dias para ir à faculdade. Durante a graduação, fui presidente do centro acadêmico (CA) de agronomia. Realizei um Curso de Formação de Formadores em Ribeirão Preto/SP, organizado pela Feab (Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil). O período de graduação foi bem tenso. Era hostilizado pelos colegas de turma por defender a agroecologia, a agricultura orgânica, os movimentos sociais, o PT, a esquerda, etc. Meu apelido era "sem terra".

Após o término da faculdade, iniciamos a modalidade ensino médio integrado à educação profissional (EMIEP) na Escola Ouro Verde e assumi as aulas do curso técnico em administração rural, com ênfase na sustentabilidade. Posteriormente, abrimos o curso técnico em Agroecologia (2007-2013).

Para me aprofundar nos estudos, cursei o mestrado, no programa de pós-graduação *Stricto sensu* em Biodiversidade e Agroecossistemas Amazônicos na UNEMAT (2013/2014). Durante o mestrado, trabalhei com indicadores de sustentabilidade

na etnopedologia. Além disso, minha dissertação de mestrado foi sobre os quintais agroflorestais urbanos e periurbanos de Alta Floresta.

No doutorado, desenvolvi meu trabalho na região norte de MT, no bioma Amazônia, sobre a construção de um método para avaliar a sustentabilidade em dois assentamentos rurais, o assentamento São Pedro, em Paranaita e o PDS São Paulo, em Carlinda-MT.

Neste livro, apresento a história, a organização, a formação, a sustentabilidade e o bem viver do Assentamento PDS São Paulo.

Espero que gostem dessa história de muita luta e conquistas...

Boa leitura!

Comunidade Estrela do Sul, Alta Floresta,
Amazônia norte mato-grossense, 2019

INTRODUÇÃO

Este livro “Círculo da sustentabilidade e do bem viver do PDS São Paulo” é resultado de uma parte de minha tese de doutorado apresentada em fevereiro de 2019. Cursei o doutorado na Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, na Faculdade de Engenharia Agrícola – Feagri, durante os anos de 2015 a 2019. Para o desenvolvimento de minha tese, construí um método para avaliar a sustentabilidade de assentamentos rurais na Amazônia norte mato-grossense. Escolhi dois assentamentos rurais: o Assentamento São Pedro em Paranaíta e o Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS São Paulo em Carlinda, MT. Esses assentamentos foram escolhidos devido possuírem histórias diferentes de formação e organização e por desenvolverem ações sustentáveis em parcerias com instituições diversas como ONGs.

O PDS São Paulo é uma modalidade de assentamento na qual implica a concessão de uso comunal da terra, bem como o desenvolvimento de atividades sustentáveis, baseada no modelo de Reservas Extrativistas da Amazônia. O PDS possui 48 parcelas, com 47 famílias em uma área de 2.390,07 ha, sendo 63,25% de reserva legal.

O primeiro contato que tive com os agricultores familiares do PDS São Paulo foi através de uma visita técnica juntos aos estudantes de Agronomia, coordenada pelo Professor Dr. Delmonte Roboredo, da Unemat. Nesta visita, conheci as lideranças do PDS e tive a oportunidade de conhecer o Assentamento.

Num segundo momento em fevereiro de 2017 visitei a família do Roberto que conheci em 2016. O Roberto me forneceu uma lista com os nomes da diretoria da Associação do PDS e a partir desta lista, realizei visitas aos membros da mesma. Nas visitas, conversamos sobre a proposta de trabalho de pesquisa e combinamos o dia de uma reunião para apresentar o projeto de pesquisa para todos os agricultores familiares do PDS.

Após a reunião de apresentação da proposta de pesquisa e o consentimentos dos agricultores e agricultoras em participarem da pesquisa, realizei uma vivência no PDS. Fiquei alojado na casa do Roberto. Durante a vivência foi possível resgatar as

memórias do movimento da luta pela terra: o primeiro lugar do acampamento de frente a uma fazenda em Carlinda-MT; o aumento do número dos interessados em lutar pela terra que se cadastraram no Sindicato dos Trabalhadores Rurais; os conflitos de visões políticas dos acampados; as manifestações realizadas com o fechamento da MT 320 e a ocupação do INCRA/MT; as lideranças do movimento; a área escolhida para a desapropriação e a mais viável; as cobranças pela desapropriação e reforma agrária junto ao INCRA e a justiça federal; o apoio político partidário de senadores, deputados, vereadores e prefeitos; além das memórias das inúmeras dificuldades encontradas durante os 10 anos de acampamento; da associação com suas brigas internas e externas; a parceria com o sindicato; a convivência pacífica com os fazendeiros; o trabalho das coordenações da associação; e, enfim, a chegada ao Assentamento.

No PDS São Paulo as reuniões ocorreram aos sábados de manhã, de quinze em quinze dias, com a participação de homens, mulheres, jovens e crianças, numa média de 15 pessoas por encontro.

Assim, "estar com o povo é uma escolha política. Fazer pesquisa com o povo significa dizer qual a intenção que temos ao nos propormos estar com ele" (AMARAL e MONTRONE, 2015, p. 78), enfim, fazer pesquisa é um ato pedagógico e político, requer posicionamento.

O primeiro capítulo, "círculo da história", apresento a história, a formação e a organização do assentamento PDS São Paulo. No círculo do diagnóstico do assentamento, segundo capítulo, problematizo e analiso a realidade. E por fim, no terceiro capítulo, discuto as narrativas e percepções dos sujeitos a respeito da sustentabilidade a partir do bem viver.

CAPÍTULO I

**CÍRCULO
DA HISTÓRIA
DO PDS SÃO PAULO**



A chegada à Amazônia

Os sujeitos desta história chegaram à Amazônia norte mato-grossense por volta das décadas de 1970/1980. Eles são frutos do processo de ocupação, da história de colonização da Amazônia no MT, ocupada pelas diferentes classes e categorias sociais, em especial dos trabalhadores, homens e mulheres camponeses. Muitos sujeitos trabalhavam como posseiros, meeiros, empregados no campo ou na cidade, em madeiras e garimpos.

Esse processo de ocupação, este projeto político-ideológico de exploração da Amazônia norte mato-grossense, "foi arquitetado e imposto pelas estratégias do Estado em conjunto com o capital na região, vestido da lógica da expansão capitalista, fruto da superexploração da natureza e da força de trabalho, com o intuito de concentrar terra e riqueza" (PICOLI, 2006, p. 22).

Acreditava-se que a região da Amazônia norte mato-grossense era vazia de populações humanas. Dessa forma, o processo de ocupação desses "espaços vazios" se deu, em boa parte, por meio da colonização dirigida privada, na década de 1960. Em 1964, o governo militar criou o estatuto da Terra (lei 4504) que fixou diretrizes para a implementação de projetos de colonização em áreas de fronteira agrícola (BERGAMASCO e NORDER, 1996). O Estado brasileiro disponibilizou uma grande região para os grandes grupos capitalistas nacionais e internacionais, apoiados por incentivos fiscais. Os verdadeiros donos dessa região, os povos indígenas, foram quase que em sua totalidade, dizimados, expropriados por verdadeiros genocídios¹ (PICOLI, 2006), não diferente dos posseiros, garimpeiros que sonhavam com a "terra prometida".

Assim, a história da colonização da Amazônia norte mato-grossense, não diferente da colonização do Brasil, foi realizada à custa de muito sangue derramado; da extinção de muitas espécies vegetais e animais e da destruição de diferentes

1 Os indígenas foram as grandes vítimas da expansão da última fronteira agropecuária do pós-1964. Boa parte desses povos foi exterminada, vítima de doenças do contato com a civilização, sendo que muitos assassinados covardemente (PICOLI, 2006). Jogaram de avião, roupas e brinquedos contaminados com vírus de gripe e sarampo. Noventa por cento da aldeia morreu (PORTELA e OLIVEIRA, 1991, p. 18)

ecossistemas regionais. O sangue dos povos da floresta e de tantos outros povos se misturou ao solo, à floresta, ao ar, às águas e ainda "correm pelos vastos rios da região". De todos os povos envolvidos neste processo, "por certo nenhum foi tão antigo quanto os índios" (SELUCHINESK, 2008, p. 29).

Esta ocupação da Amazônia norte mato-grossense iniciou durante o regime militar fruto de uma política que preconizava a "integração" da Amazônia ao restante do país. O discurso era o de "integrar para não entregar"; ocupar os "espaços vazios", fazer um "reajuste demográfico" incorporado ao programa "Marcha para Oeste", na década de 1930, com o então presidente Getúlio Vargas (GUIMARÃES NETO, 2002).

É com essa ideia de "Marcha" que os sujeitos desta história deixaram seus estados de origem em busca da "terra prometida". Na visão dos sujeitos, uma terra de riqueza, fartura, em que tudo que se plantava, dava, onde "correria leite e mel". Estes povos eram vistos como heróis, guerreiros, pois com muita coragem e determinação enfrentavam a floresta "selvagem".

Desse modo, o governo militar trabalhou para efetivar a integração da Amazônia ao restante do Brasil com a ideia de "Integração Nacional" voltada para disciplinar e ordenar o processo de ocupação da Amazônia, fundamentada na concepção militar de "Segurança Nacional" (GUIMARÃES NETO, 2002). O golpe militar foi a forma como as forças conservadoras "equacionaram" inúmeras questões, como a reforma agrária (VIEIRA, 2005).

Para esta efetiva "integração nacional", diversos programas foram criados. Dentre eles o projeto Sudam² (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia). Foi criado exclusivamente para beneficiar o grande capital, no qual representava o poder econômico e político no Brasil efetivando a acumulação de riqueza e terra na região, por meio da expansão da nova fronteira agropecuária, extrativista e industrial (PICOLI, 2006). "A colonização da região amazônica passou a ser vista como uma solução para os tradicionais problemas agrários do país" (BERGAMASCO e NORDER, 1996, p. 19).

A imagem transmitida foi a de que o Estado estava realizando a reforma agrária através da colonização, da venda de terras muito baratas. Porém, os incentivos fiscais efetivaram uma contrarreforma agrária, uma vez que aumentou a concentração de

² Em 2001 foi extinta e no mesmo ano foi criada a Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA, com as mesmas finalidades: o "desenvolvimento" da Amazônia.

terras no ano de 1975 (PICOLI, 2006). Dessa forma, a colonização dirigida, reforçou e consolidou o desenvolvimento do capitalismo e também contribuiu para a modernização da agricultura, opondo-se, assim, à reforma agrária (VIEIRA, 2003), ou uma contrarreforma agrária (ZART, 2005). A implementação de projetos de assentamentos na Amazônia não pode ser considerada como uma verdadeira reforma agrária porque, se assim o fosse, teria implicado em uma resolução de problemas fundiários no sul do Brasil (BERGAMASCO, 1997).

Nesse contexto, os indígenas, os posseiros e aqueles que chegaram em busca de terra e de trabalho, foram expropriados. A ideia era tornar as populações expropriadas em proletários para servirem ao capital instalado na região (PICOLI, 2006). O objetivo de transferir os homens sem-terra para "as terras sem homens" era de fornecer força de trabalho, até então inexistente, para os projetos agrominerais e agropecuários dirigidos por grandes empresas (CAVALCANTE, 2006).

Nessa região, grandes quantidades de terras foram compradas, griladas ou ocupadas por latifúndios, grileiros, fazendeiros e empresários, predominando a grande concentração de terra (PICOLI, 2006). A apropriação privada irregular ou ilegal de terras públicas, denominada grilagem, tem sido uma regra na formação da propriedade privada rural no Brasil e na Amazônia em diferentes momentos históricos (IPAM, 2006). Dessa forma "toda parte norte de Mato Grosso se constituiu no 'paraíso' das empresas colonizadoras" (GUIMARÃES NETO, 2002).

A partir dos anos de 1970, o processo de ocupação da Amazônia, ficou mais evidente. Foi promovida através de três formas: a colonização espontânea, a dirigida pelo Estado e a promovida pelas empresas privadas. De todos os projetos de colonização realizados no estado do Mato Grosso, 90% dos projetos foram de caráter privado (ARRUDA, 1997). No Mato Grosso, a forma mais destacada de ocupação foi através da profunda e intensa atuação de capitais privados, valorizando e integrando o estado à lógica da reprodução do capital (VIEIRA, 2003).

A aquisição se deu das seguintes formas: através da compra de posseiros, da aquisição direta do governo federal e do estadual e através da indústria da grilagem, via crime organizado (PICOLI, 2006).

A abertura da fronteira agrícola no norte do estado do MT (figura 01), com absoluto controle sobre o território, através da colonização privada, desencadeou uma "corrida desenfreada" de milhares de trabalhadores e suas famílias influenciadas pelos

instrumentos de propagandas a migrarem para buscar um pedaço de chão (VIEIRA, 2003). Num processo de desterritorialização (COSTA, 1995), aconteceu a transferência do camponês do sul do Brasil para a Amazônia (ZART, 2005).

Esse processo de (re)ocupação, com recursos públicos, executado de forma predatória, provocou uma transformação social e ambiental radical na Amazônia norte mato-grossense (SOUZA, 2015). Atualmente, essa terra em grande parte, está ocupada por pastagens e por enormes extensões cultivadas com soja, milho e algodão (BARROZO, 2010).



Figura 01. Abertura da floresta amazônica para a construção da cidade de Alta Floresta - MT. Década de 1970. Fonte: <http://www.colonizadoraindeco.com.br>

Os projetos de colonização privada e dirigida da região de Alta Floresta estavam baseados no desenvolvimento da agropecuária, em especial a agricultura familiar. A ideia era implementar um modelo próximo ao modelo de propriedades da região sul do Brasil. A população era proveniente basicamente das regiões de "tensão agrária", principalmente do Paraná e Rio Grande do Sul. Estes moradores deixaram suas áreas que foram alagadas por hidroelétricas e demarcadas para os povos indígenas (OLIVAL, 2005). Por outro lado, muitos deixaram suas terras em outros estados

buscando trabalho, mais terras e melhoria das condições de vida.

Na década de 1980, surge na região uma corrente migratória, consequência do garimpo de ouro (figura 02). A fase do garimpo paralisou quase que por completo o desenvolvimento da agricultura. As áreas auríferas, rios e margens foram praticamente dizimados com prejuízos ao meio ambiente natural com sequelas até hoje irreparáveis. Desestruturou social e economicamente a maioria das famílias. Os garimpos dismantelaram as frágeis estruturas colonizadoras ainda em fase de consolidação.



Figura 02. Garimpo na região de Alta Floresta, MT na década de 1980. Fonte: Cícero Tavares.

Um enorme contingente de população migrou para a região. Chegaram ali milhares de pessoas, principalmente do Norte e Nordeste, em busca do rápido enriquecimento. Isso provocou uma conhecida e inevitável "corrida do ouro". Muitos colonos recém-chegados dos Estados do Sul, trazidos pelas colonizações públicas ou privadas, para os projetos de Assentamentos agrícolas, tornaram-se garimpeiros. Muitos sujeitos deste trabalho também tinham experiência do trabalho no garimpo.

Na década de 1990, a região passou por uma acentuada crise, iniciada na década anterior, pelo descumprimento da legislação ambiental e com isso muitos abandonaram suas famílias para irem ao garimpo (SELUCHINESK, 2008). Nessa época teve a retirada dos incentivos fiscais, dificuldade de acesso ao crédito, baixo preço do café e do cacau, além da concorrência com o garimpo. Esses, portanto, foram os principais fatores que contribuíram para a crise no município e região.

A descoberta do ouro (figura 03) gerou nos colonizadores o medo, não apenas da invasão ao espaço de colonização, mas a perda do controle da terra e dos trabalhadores agrícolas (RIBEIRO, 2008). A solução para resolver esse conflito, nas palavras de Ribeiro (2008) produziu alguns dos episódios mais violentos da história de ocupação recente da Amazônia norte mato-grossense, um violento confronto conhecido como "taca"³.

Após o fim dos garimpos em grande parte do território, os nordestinos se estabeleceram como agricultores familiares ou como mão de obra barata para as indústrias de madeira. Em contrapartida fez surgir rapidamente o comércio destinado a atender a demanda que a produção de ouro exigia.



Figura 03. Casa de comércio de ouro. Alta Floresta, MT, década de 1980. Fonte: Onisvar Paz.

³ "Taca" era uma prática de violência, usada como sinônimo de correia, relho, manguá. Por isso passaram a se referir ao confronto ocorrido entre garimpeiros e colonos, no final de 1979 em Alta Floresta (estes últimos mobilizados pelos colonizadores) como a "Grande Taca". A expressão "Olha a Taca!" passou a ser, desde então, importante instrumento de controle no espaço da colonização (PERIN, 2015).

O município de Alta Floresta, dentre outros, surgiu a partir da capital mato-grossense Cuiabá. Na década de 1970, a abertura da BR-163 (Cuiabá/Santarém) possibilitou às colonizadoras o acesso para todos os municípios do norte do MT. A partir de Alta Floresta é que surgiram os municípios de Carlinda e Paranaíta através de duas formas: uma através de projetos de Assentamentos do INCRA, no caso de Carlinda, e a outra da colonização privada e dirigida, no caso de Paranaíta. Ao longo dos anos, esses municípios foram sendo desmembrados e emancipados.

O povoamento de Carlinda (figura 04) deu-se a partir de 1981, por conta do Assentamento da reforma agrária do INCRA, em área de aproximadamente 90 mil hectares, com 1303 famílias assentadas, denominado de PAC Carlinda (Programa de Consolidação de Assentamento).

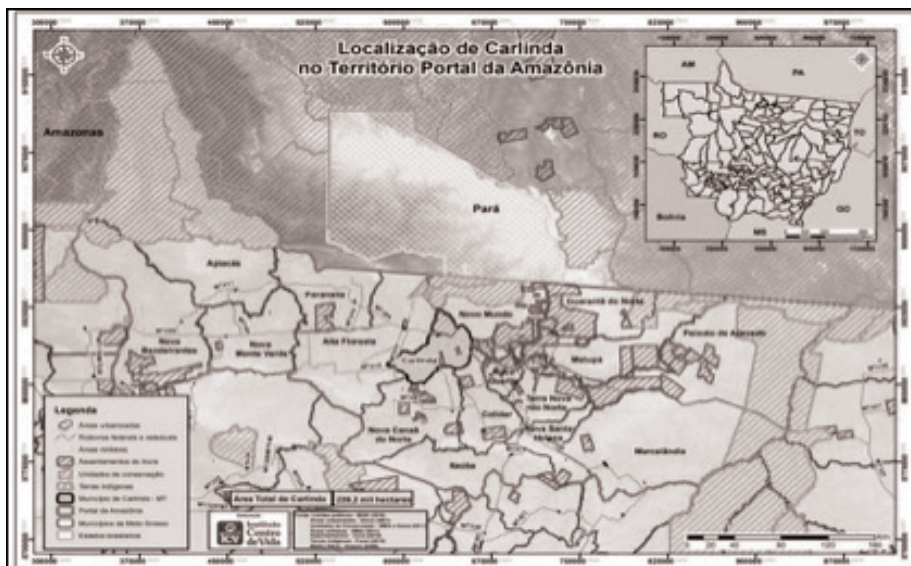


Figura 04. Localização do município de Carlinda-MT. Fonte: Instituto Centro de Vida (ICV).

O nome Carlinda, é um termo em referência ao Rio Carlinda, que corta a rodovia que liga a BR-163 à cidade de Alta Floresta. Este termo é uma homenagem à esposa do capitão Antônio Lourenço Teles Pires, a Senhora Carlinda Lourenço Teles Pires. Assim, o município foi criado em 19 de dezembro de 1994, através da Lei nº 6.594.

Possui uma população de 10.990 habitantes (IBGE, 2010). Além do PAC Carlinda, existem mais dois assentamentos em Carlinda, o Projeto de Assentamento (PA) Pinheiro Velho, com 68 famílias assentadas e o PDS São Paulo, um dos assentamentos do nosso estudo.

Até o ano de 1997, na Amazônia norte mato-grossense não havia nenhuma desapropriação para fins de reforma agrária e o assentamento que existia era resultado da colonização particular e pelo INCRA, havendo nesta região um escritório do INCRA responsável pelo PA Carlinda (OLIVEIRA, 2014). Mais tarde, este escritório foi elevado à Unidade Avançada (UA) do INCRA no município de Carlinda-MT.

Enfim, os sujeitos desta história vivenciaram boa parte desse processo de ocupação da selva amazônica no norte de MT. As condições de vida eram difíceis; não havia condições básicas como hospitais, saneamento, energia elétrica; havia problemas de saúde como a malária, etc.

Assentamento PDS São Paulo - a luta pela terra em tempos de acampamento⁴

Durante um encontro os agricultores e agricultoras trouxeram as memórias do movimento da luta pela terra: o primeiro lugar do acampamento, as mudanças de lugar, o aumento do número dos interessados, os cadastros, os conflitos, as manifestações, as lideranças, a área escolhida e mais viável, as cobranças, os trabalhos do INCRA e da justiça federal, o apoio político, às inúmeras dificuldades encontradas, a associação com suas lutas internas e externas, a parceria com o sindicato, a convivência com os fazendeiros, o trabalho das coordenações da associação, e enfim, a chegada ao PDS e a construção do PDA (Plano de Desenvolvimento do Assentamento). Estas memórias representam a "experiência feita por um grupo social que se organiza para produzir coletivamente a sua existência" (BOGO, 2000, p. 27).

A organização do movimento "Sem Terra"⁵, de luta pela terra, iniciou com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Carlinda (STTR), em fevereiro

4 Parafrazeando Nashieli Rangel Loera (2009) em sua tese de doutorado "Tempo de Acampamento". A autora trata em sua tese que o tempo de acampamento é um código social do mundo das ocupações de terra, uma medida cronológica e um demarcador de prestígio, de status, um princípio organizador e ordenador das relações sociais, e um requisito para conseguir um lote de terra. A mesma autora conceitua acampamento como sendo um "termo usado uma vez que as barracas são montadas, a bandeira do movimento é colocada e famílias novas começam a se instalar debaixo da lona" (LOERA, 2014).

5 Esta é uma categoria social (LOERA, 2014).

de 2004. Aos poucos um grupo significativo de pessoas procurou o Sindicato para iniciar os trabalhos de luta pela terra. Após várias reuniões junto ao STTR, os participantes do movimento decidiram acampar em frente à Fazenda Zonta, MT-419, no município de Carlinda-MT. Eram 63 pessoas sendo 61 homens e apenas duas mulheres. Vieram de:

[...] todas as penumbras, trazendo convosco embrulhados em sacos e lonas, pedaços da história da exclusão, fragmentada e marcada, como se tivesse sido composta de pedaços que não se combinaram. Por isso neste contexto, os desencontros das partes rompidas e emendadas pelo vigor do tempo (BOGO, 2000, p. 11).

Este tempo durou muito pouco, pois o fazendeiro fez um acerto com as autoridades e lideranças do acampamento para os sem terras deixarem o acampamento. Dessa forma, os acampados desmancharam seus barracos, pegaram seus pertences e foram acampar em frente à fazenda Pinheiro Velho (hoje, Assentamento Pinheiro Velho), também da MT-419, sem conflitos. “Para os sem-terra em geral, o ato de instalar um acampamento é a forma apropriada de dizer que é essa a terra ou o espaço físico que se pretende que seja desapropriado” (LOERA, 2014, p. 25).

Já neste acampamento havia cerca de 500 pessoas, pois se juntaram a outro grupo de acampados, sendo assim, formaram o acampamento Pinheiro Velho II. “A forma acampamento é reproduzida em espiral, um acampamento sempre está vinculado a outro em formação ou já formado e este, por sua vez, se encontra vinculado a um assentamento” (LOERA, 2014, p. 25). Foram construídos mais de 100 barracos de lonas com cinco pessoas inscritas por barraco. Este tipo de luta, de “ocupações de terra com montagem de acampamentos organizados e mediados pelos chamados movimentos constituem um fato recente na história da luta pela terra no Brasil” (LOERA, 2014, p. 22).

A partir de observações, reuniões e estudos, os acampados perceberam que o método de reivindicação estava errado e não estava atingindo êxito. Possuíam a ideia de que iriam ganhar terras. Não tinham a percepção de que teriam de lutar para conquistar a terra. Nesses dois anos chegaram à conclusão de que ou lutavam pela terra ou teriam que abandonar o movimento.

As reuniões eram acompanhadas pelo presidente do Sindicato, que dava informações a respeito do andamento dos processos elaborados pelo INCRA para desapropriação de áreas ocupadas por fazendeiros, que seriam destinadas à Política Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

No movimento de luta pela terra, os acampados passaram por um longo processo de organização. Dessa forma, "no mundo das ocupações de terra, aqueles que participam de uma ocupação e subsequentemente de um acampamento devem seguir uma etiqueta particular: montar um barraco e se instalar debaixo da lona preta" (LOERA, 2014, p. 47). Havia aqueles que possuíam interesses políticos partidários, financeiros e individuais. Tinha grupos dentro do movimento com interesses e objetivos diferentes. As informações eram distorcidas e os conflitos eram comuns entre os próprios acampados, não com os fazendeiros.

Para melhor organização, os acampados criaram uma associação informal. Muitos líderes da associação eram corruptos, comprados por interesses de políticos mal-intencionados. Os acampados eram pressionados a pagarem taxas para os líderes do movimento, com o pretexto de serem expulsos do acampamento caso não pagassem. A partir disso, houve uma divisão, um "racha" no movimento. Expulsaram alguns líderes e colocaram líderes da base, que estavam acampados desde o início.

Porém, após vitórias técnicas do INCRA, a decisão foi negativa quanto à desapropriação, favorecendo os fazendeiros. O tempo de acampamento foi de dois anos e muitos desistiram, abandonaram seus barracos e foram embora. Neste sentido, "o tempo de acampamento se torna um requisito incontornável para quem pretende ser beneficiário da reforma agrária e a barraca de lona se torna uma prova, uma amostra desse tempo" (LOERA, 2014, p. 48).

Os sujeitos relataram que conseguiram pedir vitória das fazendas visadas para a reforma agrária e descobriram que estas eram legalizadas. Assim, se sentiram enganados pelo Sindicato, uma vez que o que o Sindicato falava não condizia com a realidade. Porém, admitem também que o sindicato foi importante para a articulação de cestas básicas (figura 05) para a alimentação dos acampados.

Buscaram nesta nova fase um movimento de luta e de resistência. Fizeram mobilização, manifestações. Conseguiram, num dia de luta nacional, fechar a MT-320, no trecho de 1 km, durante 36 horas, com a participação de mais de 600 pessoas, dos dois movimentos Pinheiro Velho I e II, reivindicando novas vitórias. O STTR sofreu

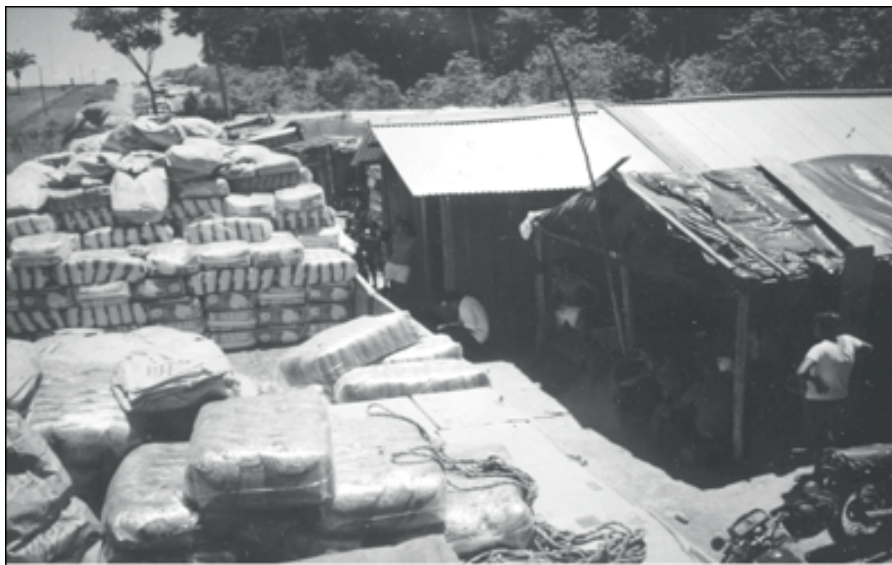


Figura 05 - Vinda das cestas básicas ao acampamento do movimento sem-terra "Pinheiro Velho II", Carlinda - MT, 2004. Fonte: Acervo da Associação dos Trabalhadores Acampados Nova Conquista – ATANC.



Figura 06 - Fechamento da MT-320 pelo movimento sem-terra dos acampados do Pinheiro Velho I e II, Carlinda - MT, 2004. Fonte: Acervo da Associação dos Trabalhadores Acampados Nova Conquista – ATANC.

ação judicial e foi condenado a pagar multa pelo fechamento da MT-320 (figura 06). Aqui percebemos um processo de criminalização da luta pela terra. Luta esta, legítima, uma vez que está na constituição federal o direito à terra. O valor da multa foi pago pelo sindicato dividindo o valor pelos associados (dentre eles, os próprios acampados). Ou seja, ao invés das autoridades locais se colocarem do lado dos pobres, dos que lutam, dos sem terras, optaram por criminalizar a luta pela terra.

Estes dois anos foram muito importantes para fortalecer o movimento. Os próprios sujeitos relataram que possuíam preconceito com relação aos sem terras. A visão era aquela pregada pela grande mídia, que os acampados e assentados são vagabundos, baderneiros e bandidos. Perceberam a necessidade de buscarem informações, conhecimentos, estudaram a Constituição Federal, e se informaram das bases legais. Descobriram que somente com um processo de desapropriação, seria possível a conquista da terra, dando início a uma incansável luta pela reforma agrária.

Enfim, no ano de 2006, com essa nova organização, ao escurecer, fretaram camionetes e partiram rumo à tão sonhada terra, deixando o acampamento Pinheiro Velho II (figura 07), e se mudaram para um novo acampamento em frente à fazenda São Paulo, há 18 km do acampamento Pinheiro Velho II. Sabiam que a fazenda São Paulo era a área que mais tinha chance de desapropriação. A orientação de que a fazenda tinha mais chances, mais possibilidades de desapropriação, foi feita por políticos e por executores do próprio INCRA. Os acampados já não mais possuíam a colaboração do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Os 82 acampados possuíam o mesmo sonho e objetivo: conquistar um pedaço de chão!

Após a organização do acampamento (figura 08), dos barracos, as famílias organizaram uma entidade que os representassem. Criaram a "Associação dos trabalhadores Acampados Nova Conquista (ATANC)". Criaram as regras do acampamento, entre elas a não ingestão de bebidas alcoólicas, o cuidado com o lixo e a não permissão da entrada em fazendas nem para a pesca, nem caça de animais silvestres. Buscaram informações sobre a documentação da fazenda São Paulo e descobriram que ela era legalizada.

Pensaram em desistir, muitas angústias, frustrações, desânimos; mas em reunião decidiram que iriam resistir e conquistar a tão sonhada terra. Foi assim que criaram uma segunda lista de interessados em lutar pela terra. Esta lista foi organizada em comum acordo, de modo que os moradores dos barracos teriam prioridade, enquanto



Figura 07 - Mudança de acampamento dos sem terras para o acampamento Nova Conquista, Carlinda-MT, 2006. Fonte: Acervo da Associação dos Trabalhadores Acampados Nova Conquista – ATANC.



Figura 08 - Barracão de reuniões dos sem-terra acampados do Pinheiro Velho II, Carlinda - MT, 2004. Fonte: Acervo da Associação dos Trabalhadores Acampados Nova Conquista – ATANC.

que os participantes que não moravam nos barracos ficariam para uma segunda chamada.

Conseguiram se reestruturar e elegeram uma diretoria da ATANC. A associação indicou uma comissão para concorrer ao cargo de diretoria do STTR de Carlinda e foram vitoriosos. O processo de desapropriação foi tramitando na Superintendência do INCRA SR/13 em Cuiabá, acompanhado passo a passo pelo presidente da associação e pelo secretário de agricultura de Carlinda, por vereadores, deputados federal e estadual e por uma senadora. Neste tempo, o Ministério Público chegou a pedir o arquivamento do referido processo de desapropriação.

No ano de 2008, uma parte dos sem-terra ocupou o INCRA de Carlinda e (figura 09) ficou acampada durante quatro meses; outra parte dos sem terras ficou no acampamento. Eles reivindicaram o decreto para fins da reforma agrária da área da fazenda São Paulo que foi concedido em 11 de setembro de 2008. No decreto foi estabelecido o interesse social, para fins de reforma agrária, do imóvel rural "Fazenda São Paulo/São Paulo II", com área medida de dois mil, trezentos e cinquenta e cinco hectares.



Figura 09. Ocupação da sede do INCRA de Carlinda-MT pelos sem terras. 2008. Fonte: Acervo da Associação dos Trabalhadores Acampados Nova Conquista – ATANC.

Após conquistarem o decreto, os sem terras saíram do INCRA e retornaram ao acampamento e a luta continuou. Em reunião no barracão do acampamento, firmaram compromisso de aceitar o PDS, pois no Bioma Amazônia não seria mais permitida a criação de assentamento convencional/tradicional, somente PDS. Portanto, já havia um debate sobre a sustentabilidade. Os assentados ficaram conhecendo este modelo de assentamento e faziam debates sobre o que é ser sustentável. Modelo este que até os funcionários do INCRA desconheciam.

Através da organização e da luta pela terra, o termo: "sem-terra deixa de ser categoria social para tornar-se nome próprio quando identifica um grupo social que decidiu ser sujeito para mudar de condição social através da organização política, forjando daí sua própria identidade, como ideologia e valores" (BOGO, 2000, p. 22).

Os acampados aceitaram o desafio. Seguindo passo a passo a cartilha "Projeto de Desenvolvimento Sustentável" do MDA e INCRA, de outubro de 2000. A Comissão Pastoral da Terra também teve sua participação, através de orientação a acampados.

A coordenação da ATANC no acampamento buscava forma de amenizar o sofrimento das famílias cobrando das autoridades municipais atendimentos prioritários como saúde (vacina, distribuição de cloro), educação (transporte escolar), assistência social (distribuição de cobertores, filtros d'água, cestas básicas). Normalmente, as mulheres e as crianças permaneciam nos barracos enquanto que os homens saíam para trabalhar nas fazendas. No início, os acampados enfrentaram discriminação de alguns fazendeiros, depois conquistaram confiança dos mesmos, que até passavam no acampamento para tomar um cafezinho. "Éramos vistos como criminosos, sem terras, bandoleiros, vagabundos, etc.", relataram os sujeitos.

As crianças estudavam na Comunidade Del Rey há uns 20 km do acampamento. Brincavam de bola num campinho improvisado entre os barracos à beira da estrada, brincavam também de bets, tomavam banho nos rios, pescavam, andavam de bicicleta e brincavam de alguns jogos no barracão da associação.

Os adultos plantavam hortas, criavam galinhas fechadas em galinheiros (era norma), como também não usavam bebidas alcoólicas, armas, para garantir maior segurança às famílias.

As reuniões aconteciam sempre que necessário para informar a todos sobre o andamento do processo entre outros assuntos de interesse dos acampados. Com o passar do tempo, algumas famílias desistiram da luta, abandonando o grupo. Tinham

sempre o acompanhamento do sargento da polícia militar de Carlinda. O presidente da ATANC sempre ia à delegacia buscar orientação e o sargento ia ao acampamento orientar os acampados.

Depois do decreto ainda em 2008, o INCRA realizou o cadastro das famílias que participavam com maior frequência do acampamento, pois existiam as duas categorias: os acampados que moravam definitivos no acampamento e os que participavam, mas não moravam (tinham seus barracos e visitavam nos finais de semana, eram cientes que conforme as regras do PNRA a área não contemplaria a todos, e esta categoria ficaria no aguardo de outras áreas, na fila da espera).

Em 2009, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizou visita à Alta Floresta, MT. Na ocasião, um dos acampados, artesão, entregou um artesanato ao ex-presidente Lula (figura 10).



Figura 10- Entrega de um trabalho do artesão Altair (à esquerda) assentado do PDS São Paulo ao ex-presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, em virtude da visita do Ex-presidente à região norte do MT, 2009. Fonte: Acervo pessoal do Altair da Silva (à esquerda do Lula).

Os acampados levaram faixas reivindicando o assentamento daquelas famílias, bem como agradecimento pelo decreto. A segurança do evento era fortíssima com detector de metal. Os acampados não poderiam entrar nem com água, ficaram do

lado de fora com as faixas abertas. Depois que toda a população entrou e se acomodou em frente ao palco, foi liberada a portaria e os sem terras conseguiram, com estratégias, expor às faixas. Para isso contaram com dois rapazes bem altos e duas meninas em seus ombros que abriram as faixas. Apesar de bem distantes do palco, mas o suficiente para transmitir a mensagem que causou surpresa aos políticos e ao público que reagiram com piadas. Não deram importância para as piadas, pois o objetivo era falar com o presidente que já estava no palco. Ao assumir o microfone, o ex-presidente cumprimentou o público e ao ver as faixas dissera: "os companheiros de Carlinda que estão pedindo assentamento, já conversei com o presidente do INCRA e em trinta dias estarão recebendo as terras".

Porém, devido a problemas técnicos, inviabilizou esta promessa do ex-presidente. Os sujeitos entregaram cartas ao presidente naquele dia. Meses depois, quando o superintendente esteve no acampamento, o mesmo disse que o presidente lhes enviou cópia da carta entregue no dia da visita e ela está junto com o processo na SR-13 em Cuiabá.

Três dias depois que o ex-presidente esteve em Alta Floresta, o presidente da associação e um vereador, foram à Cuiabá para uma reunião com o superintendente e levaram a filmagem do pronunciamento do Lula. O superintendente do INCRA mencionou 600 processos tramitando no INCRA e somente o PDS São Paulo tinha a palavra do presidente Lula, que a partir disso passou a ser conhecido como o "assentamento do Lula".

Nessa fase do processo, saiu uma normativa qual tornaria obrigatória uma vistoria de viabilidade técnica e ambiental. Cuiabá teve que solicitar de Brasília os profissionais para realizarem este trabalho, que foi feito com a participação de dois representantes da associação.

O sujeitos relataram que tiveram acompanhamento passo a passo para a desapropriação da fazenda. O processo de desapropriação passou para a Justiça Federal através da procuradoria em 10/09/2010. Este trâmite durou oito meses até sair à primeira posse. Quase toda semana os sem terras consultavam o processo para ver o andamento e uma vez por mês os líderes da associação iam à procuradoria falar com o advogado do INCRA. "Um senhor muito atencioso, disse que o juiz daria a posse", lembram os sujeitos.

Desta vez a direção da ATANC sempre levava ofícios à Cuiabá para cobrança do

processo e agilidade na desapropriação. A posse saiu no final em 2010 e esteve no acampamento o superintendente do INCRA, o executor da UA/INCRA Colíder e servidor do INCRA de Carlinda, os oficiais de justiça, de Alta Floresta e os policiais de Carlinda para emitir a posse.

A terra era dos acampados, mas ainda não podia ser dividida. Foi quando o executor do INCRA da unidade avançada de Colíder, que respondia por Carlinda pois este município teve sua UA extinta, autorizou. Na ocasião disse “se os acampados estão na luta pela terra e a terra é do INCRA, então a terra é de vocês”.

Mudaram o acampamento para dentro da sede da Fazenda São Paulo (figura 11). Muita luta ainda viria pela frente, teria que criar o assentamento, faltava a licença ambiental da Secretaria de Estadual de Meio Ambiente (SEMA) e o fazendeiro recorreu pedindo anulação da posse, mas acabou desistindo e pediu o encerramento do processo. Foi um tempo difícil para os acampados, mas oito meses depois saiu a licença ambiental. Durante este tempo tiveram orientação para fazer o assentamento passo a passo, para fazer o PDA e a topografia do terreno, os acampados se organizarem financeiramente para fazerem o PDA e a topografia.



Figura 11. Ocupação da Fazenda São Paulo pelos acampados, Carlinda-MT. Fonte: Acervo da Associação dos Trabalhadores Acampados Nova Conquista – ATANC.

O Assentamento foi criado pela Portaria do INCRA/SR-13/MT N° 014/12, de 27 de março de 2012, publicado no Diário Oficial da União n° 075, de 18 de abril de 2012, na Seção 01, página 51, código SIPRA MT-0837000, de Criação do Projeto de Assentamento Sustentável São Paulo, com capacidade para atender 48 (quarenta e oito unidades agrícolas familiares).

Apesar da portaria de criação, passaram-se sete meses sem que os sujeitos entrassem no PDS. Depois do assentamento criado, um grupo se organizava para tirar proveito, causando divisão na associação, buscando apoio de alguns políticos que visava reeleição. A ATANC, através do presidente, conseguiu desarticular o grupo.

Os acampados fizeram acordo de Cooperação com o INCRA para poderem realizar o PDA, o CAR e o georreferenciamento e topografia da área. Era muita luta constante, junto a SR/13 Cuiabá para este acordo ser cumprido. Contaram com a empresa para fazer o PDA com a participação dos acampados e seus familiares em várias etapas, passo a passo, foi construído, acompanhado e fiscalizado pelo técnico do INCRA, com a participação dos órgãos responsáveis pela condução do assentamento pós-criado (INCRA, IBAMA, SEMA, Prefeitura de Carlinda, STTR, Cooperativa, IOV, INDEA). Tudo era escrito no livro ata da ATANC e assinado pelos participantes. Enfim, saiu a Relação dos Beneficiários (RB) através do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA) no qual 43 dos 46 associados e acampados foram homologados⁶. O que fazer para incluir todos? Outro processo: solicitar do INCRA a inclusão de mais três acampados, mais uma área comunitária e uma área para assentar um técnico para contribuir com o assentamento conforme portaria do INCRA de 2001. Esta possibilidade surgiu a partir da elaboração do PDA com a orientação do INCRA.

Em 20 de dezembro de 2012 aconteceu o sorteio dos lotes para as famílias na sede da ATANC. O sorteio das parcelas foi organizado por quatro grupos (Grupo A, B, C e D). As famílias se organizaram de acordo com afinidade, proximidade, familiaridade e interesses comuns. Ou seja, foi planejado quem seriam os vizinhos, sendo formado por diferentes quantidades de famílias. Primeiramente, foi sorteado o grupo e depois a parcela para cada família. O grupo A começou com as parcelas de um até todos os

6 Após a classificação, e atendida a capacidade de assentamento do imóvel, o INCRA homologa as famílias no assentamento. Homologação é o ato formal de aprovação do candidato. Os nomes dos candidatos são divulgados pelo INCRA no documento chamado Relação de Beneficiários (RB).

membros terem sua parcela sorteada e assim sucessivamente para os demais. O número de parcelas de cada grupo foi condicionado ao número de famílias. Quando os sujeitos ocuparam a área desapropriada da Fazenda São Paulo, esta se encontrava com pastos divididos, sendo utilizados por gado bovino em parceria com pecuaristas da região. O objetivo era evitar incêndios no período da seca e contribuir para o desenvolvimento financeiro da ATANC e do assentamento. No período da desapropriação do imóvel, as benfeitorias como a casa da sede do PDS, um curral etc., foram usadas pelos sujeitos até que seus lotes foram demarcados. Após a demarcação dos lotes, as benfeitorias foram desocupadas e passaram a ser administradas pela Associação e o INCRA.

Os sujeitos nos relataram que a formação e organização se deram a partir da construção do Projeto de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) (figura 12). O PDA promoveu uma discussão na adequação da distribuição das parcelas e construiu o desenho através de um anteprojecto do parcelamento, destacando a necessidade de recompor as áreas de preservação permanentes.



Figura 12. Construção do Projeto de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) do PDS São Paulo, Carlinda - MT. 2013. Fonte: Acervo da Associação dos Trabalhadores Acampados Nova Conquista – ATANC.

O Plano de Desenvolvimento do Assentamento foi criado para orientar o desenvolvimento sustentável das famílias beneficiárias da reforma agrária. A partir de um planejamento participativo, os sujeitos apresentaram as propostas e as expectativas. Este planejamento se deu a partir de comissões/grupos de estudo que procuraram aproveitar a experiência de todos os sujeitos do assentamento, garantindo uma efetiva participação desde a concepção das ideias até a elaboração do PDA.

O PDA foi construído com base na sustentabilidade, na organização, na autogestão e no meio ambiente. É constituído por seis programas. Cada programa é formado por um ou mais subprogramas que descreve as ações propostas pelos técnicos e agricultores familiares beneficiários do Assentamento, estabelecidos através de Projetos Conceituais e Estudos Básicos durante os trabalhos do PDA. Os programas são:

- Organização Espacial com o subprograma de legalização da demarcação das parcelas e do perímetro;
- Assistência Técnica, Social e Ambiental: propõe a contratação imediata de uma assistência técnica permanente para o assentamento, com técnicos especializados em sustentabilidade, sistemas agroflorestais, etc.;
- Produtivo: consta de subprogramas de produção agropecuária e uso econômico da biodiversidade, produção agroindustrial; de mercado, comercialização e abastecimento;
- Organização e Gestão: procura desenvolver com o subprograma de Administração e recomposição de formas representativas dos assentados, para administrar o Assentamento;
- Garantias de Direitos Sociais: estabelece a necessidade de infraestrutura no assentamento através de subprogramas de: Educação, Saúde, Saneamento, Cultura, Lazer, Esporte, Habitação, Abertura de Vias de Circulação Internas;
- Garantias de Direitos Ambientais: orienta os produtores e desenvolve ações, através de seus subprogramas como a Agenda Ambiental, Proteção e Gestão Ambiental, Educação Ambiental, CAR e Licenciamento Ambiental e o PRAD – Plano de Recuperação de Áreas Degradadas.

A partir de cada subprograma foi construído projetos para a concretização do PDA. Nos projetos foram previstos os investimentos e os custos totais da produção. Para os

sujeitos “o PDA é nossa bíblia, onde está escrito tudo o que devemos fazer para sermos sustentáveis; são as nossas leis.”

O PDS São Paulo está localizado aproximadamente a 50 km da sede do município de Carlinda. O acesso ao PDS partindo de Carlinda é feito pela Rodovia Estadual MT-320, estrada que dá acesso ao município de Nova Canaã do Norte, percorrendo uma distância de 20 km até o Distrito de Del Rey, entrando à esquerda na rodovia estadual MT-419, após distância de 12 km, encontra o imóvel à margem esquerda da rodovia.

O assentamento está organizado por parcelas de aproximadamente 50 ha cada (figura 13). Destes 50 ha, 18 são de uso individual por família, distribuídos em Área de Preservação Permanente (APP), área para atividades individuais de agropecuária e o quintal com a casa. Os 32 ha restantes são de Reserva Legal Coletiva (65% do Imóvel). No total, a área de reserva coletiva é de 1.536,54 ha. Na reserva, os sujeitos podem desfrutar da floresta de forma sustentável, ou seja, uso de madeira para artesanato, extrativismos para fins alimentícios, turismo, manejo coletivo, etc. Todos são responsáveis pela gestão e pelo cuidado da reserva legal coletiva.

O PDS é cortado por três principais estradas e outras duas que dão acesso às principais. É formado pela Comunidade Nova Conquista, comunidade esta decidida em assembleia da ATANC. Os católicos fundaram uma comunidade denominada Santa Paulina, localizada na estrada (linha) Boa Vista. As demais estradas (linhas) principais são chamadas de Chico Mendes e São Vicente. Já a travessa, que corta o PDS horizontalmente, é denominada de São José e outra de Boa Vista.

O PDS conta com um lote para a moradia de um técnico, um lote como uma unidade agrícola familiar (UAF). Este lote é chamado de Lote Modal, planejado para ser um modelo de produção agropecuária. Essa determinação da parcela modal serviria para análise de viabilidade econômica do sistema.

Os sujeitos contam com a ATANC, inserida no próprio assentamento, onde contam com total apoio e disponibilidade para representar a comunidade local. A sede da associação é uma casa que era sede da fazenda São Paulo, localizado na parcela comunitária.

Para finalizar, abaixo, apresentamos uma linha do tempo do PDS São Paulo com os principais eventos ocorridos do acampamento à ocupação das parcelas.



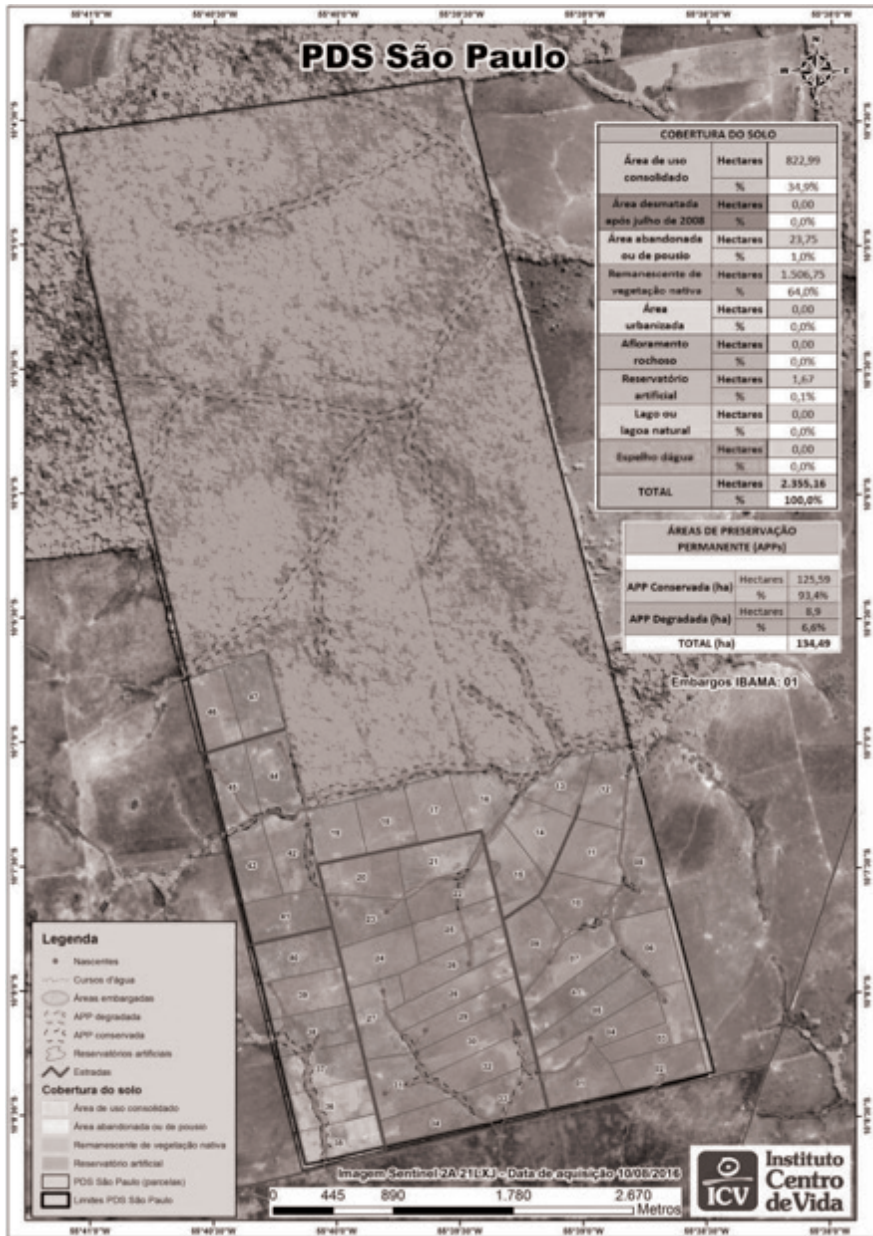


Figura 13 - Mapa do PDS São Paulo com a reserva legal (em verde, acima) e mapa com as parcelas enumeradas (abaixo). Fonte: Instituto Centro de Vida, ICV.

CAPÍTULO II

**CÍRCULO
DO DIAGNÓSTICO
DO PDS SÃO PAULO**



Introdução

Neste capítulo, realizamos análise do presente do PDS através do diagnóstico em um encontro, com duração de aproximadamente quatro horas. As cadeiras e/ou bancos foram dispostos em círculos, e realizamos apresentação das memórias do encontro anterior, sobre a história dos sujeitos, da história da luta pela terra e de como se deu a organização/formação do PDS.

No diagnóstico discutimos sobre a legalização do assentamento, políticas públicas e partidárias, sobre o perfil socioeconômico e cultural das famílias e a caracterização ambiental do assentamento. Cada sujeito se expressou com relação aos temas debatidos.

No tema sobre as questões da legalização dos assentamentos, abordamos a dimensão administrativa. Nas questões sobre política, a dimensão política foi contemplada. As dimensões social, cultural, econômica, técnica, ética, alimentar e de escala foram contempladas nas discussões sobre o perfil socioeconômico e cultural das famílias do assentamento. E por fim, as dimensões ambiental e energética foram discutidas no tema sobre a caracterização ambiental do assentamento.

O diagnóstico nos permitiu avaliar os principais problemas do Assentamento e as suas perspectivas. O diagnóstico é uma atividade que nos permite revelar os problemas presentes no assentamento, descobrir as causas que os provocam e os recursos de que se dispõe ou que podem ser gerados no assentamento para resolvê-lo (MACHÍN SOSA et al., 2013).

Dimensão administrativa

Na dimensão administrativa, foi discutido sobre a gestão do PDS que é administrado pela ATANC. Já as parcelas são de uso da família, sendo que cada uma trabalha como quiser e quem administra a parcela é o homem, contudo com a participação da mulher, com o consentimento. Os sujeitos relataram que não realizam o planejamento da produção em médio e longo prazos. O planejamento vai acontecendo de acordo com as necessidades, sendo assim não fazem uso de planilhas e nem de anotações. Já na produção leiteira quando armazenam o leite no resfriador coletivo anotam a

quantidade diária de leite armazenada. Têm o cuidado de usar EPI sempre que necessário. A infraestrutura das propriedades é cerca e, em pouquíssimos casos, um curral para a ordenha das vacas. O resfriador para o leite é coletivo, localizado na sede da ATANC. A ATANC possui um trator, uma grade, uma plantadeira, uma ensiladeira, uma carreta e uma roçadeira que é para uso coletivo de forma organizada e agendada. O PDS também conta com uma farinha que está em processo de construção e organização da produção de farinha e de outros derivados da mandioca.

O processo de ocupação ocorreu de forma desordenada, encontrando-se fora das exigências do novo Código Florestal, podendo favorecer a degradação ambiental, principalmente nas APPs, aumentando também as áreas com solo exposto.

No caso de assentados nos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), é um Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), conseguido após a realização dos serviços de medição e demarcação topográfica do imóvel a ser alienado.

Dimensão política

A dimensão política os sujeitos relataram ter uma boa participação nas celebrações, nas atividades religiosas, sejam católicas ou evangélicas, etc. Contudo, mencionaram problemas de participação, de cumprimento das obrigações, de conflitos de interesses na ATANC e que os passos a serem tomados por parte da administração da associação são lentos. Segundo os sujeitos é necessário melhorar a comunicação, a política e a gestão da associação.

A associação, entidade representativa dos agricultores familiares assentados, é a representante jurídica, organizativa e formal dos trabalhadores assentados, para defender os interesses e objetivos dos associados. A assembleia é a instância máxima das tomadas de decisões pelos assentados. É um espaço democrático muito importante para os associados. A ATANC tem um papel de destaque na representatividade dos agricultores assentados; os mesmos são organizados e atuantes na busca pelos seus direitos.

Os conflitos existentes no PDS são de caráter político e político partidário, uma vez que os assentados divergem quanto à identificação de partidos políticos. Neste sentido, há pessoas filiadas a partidos políticos, mas nem sempre participam das reuniões.

Cerca de 50% dos assentados participam da Cooperativa Mista de Pequenos Produtores do Setor Caná - COMPASC, uma cooperativa que está localizada Comunidade rural Caná, na linha 12, no município de Carlinda, distante do Assentamento. A COMPASC, por sua vez, tem parceria firmada com a Cooperativa Agropecuária Mista Terra Nova, do município de Terra Nova do Norte-MT - COOPERNOVA. Além da Cooperativa, doze pessoas participam da Rede de Sementes do Portal da Amazônia ligada ao "Projeto Sementes do Portal". Na sede do Assentamento, a Rede possui uma casa de sementes para o armazenamento e comercialização e organização dos coletores.

Com relação às políticas públicas, o PDS contava como Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, porém não estão acessando mais devido à falta de organização da produção e da falta de recursos do PAA. Os assentados contam com a assistência técnica e extensão rural (ATER) desenvolvida pelo Instituto Ouro Verde (IOV), Empaer e por técnicos da COMPASC. Apesar dos sujeitos contarem com a ATER, segundo os participantes há a necessidade de recursos financeiros para o desenvolvimento de atividades agropecuárias no PDS. Diante disso, "a dimensão política diz respeito, pois, aos métodos e estratégias participativas capazes de assegurar o resgate da autoestima e o pleno exercício da cidadania" (CAPORAL e COSTABEBER, 2002, p. 79).

Dimensão social

Na dimensão social, com relação à escolaridade, as crianças e adolescentes estudam na Escola Municipal Cecília Meireles, localizada na Comunidade Del Rey, há 20 km do Assentamento e se deslocam através do transporte escolar. Dos poucos jovens que vivem no PDS, todos possuem o ensino médio completo. Já a grande maioria dos adultos e idosos dos assentados possui a 4ª série completa. Há também a possibilidade dos adolescentes estudarem na Escola Estadual Terra Nova, em Terra Nova do Norte; esta é uma escola técnica que oferece o ensino médio integrado técnico em agroecologia no formato pedagogia da alternância. Um dos adolescentes do PDS estuda nesta escola. Além da educação formal, são oferecidos para os agricultores familiares assentados diversos cursos técnicos e oficinas pelo SENAR, IOV, ICV, etc. Estes cursos estão relacionados ao trabalho no campo, como sistemas agroflorestais, administração rural, produção de maracujá, etc.

Com relação à saúde dos agricultores, estes avaliam que as principais doenças são a hipertensão arterial, casos de hanseníase e alguns casos isolados de dengue. Ainda falta agente comunitário de saúde no PDS, porém teve teste seletivo, mas ninguém foi aprovado. A comunidade tem interesse, vontade em ter um agente. A ATANC fez pedidos, cobranças através de ofícios junto à prefeitura de Carlinda, mas ainda não foram atendidos. Os agricultores utilizam os serviços de saúde da Unidade Básica de Saúde na Comunidade Del Rey, uma vez que no Assentamento não há posto de saúde. Na Unidade, tem médico uma vez por semana, e as seguintes especialidades: pediatria, ginecologia, clínica geral, enfermagem e odontologia. Se necessário, uma ambulância da sede do município de Carlinda busca os doentes. Além dos serviços especializados, os agricultores também fazem uso de remédios caseiros, plantas medicinais e do bioenergético.

As casas (99%) são de madeira, pois ainda não saiu o recurso do Incra para a construção de casas de alvenaria. Nas casas há uma estrutura básica como saneamento, água encanada, vaso sanitário e energia elétrica.

Os lotes ou as parcelas estão no nome das mulheres, nos casos em que são casadas. Apesar de existirem mais homens que mulheres no PDS, as mulheres participam ativamente da Associação, dos movimentos, dos cursos, das decisões da parcela, do PDS. Cerca de 3 a 4 pessoas vivem em média numa família, além de ter alguns solteiros donos de parcelas. A grande maioria dos agricultores familiares é de 19 a 45 anos de idade; em seguida vem a população até 19 anos e a minoria são de pessoas de 46 anos acima. Este perfil demográfico do Assentamento é considerado adequado às necessidades da produção agropecuária nas parcelas.

As atividades de esporte/lazer dos sujeitos homens são as idas ao boteco para jogarem sinuca, beberem, etc.; também acontecem encontros e confraternizações durante o ano como em datas comemorativas, com a participação das mulheres; já as crianças e adolescentes jogam futebol no campo na sede da ATANC, além de outras brincadeiras. Para os sujeitos, ainda são fontes de lazer assistir TV, ver filmes e usar o celular para acessar as redes sociais, jogos, etc. Ainda realizam caça e pesca quando são permitidas por lei. Os espaços de lazer, em geral são de homens; cabem as mulheres irem na casa das vizinhas, participarem de atividades da igreja, etc.

O principal meio de transporte é a moto. Ela é utilizada para viagens à cidade, às comunidades vizinhas, no próprio assentamento e para o trabalho. Poucos

agricultores possuem carro e muitos utilizam do transporte coletivo para se deslocar à cidade de Carlinda e/ou Alta Floresta.

Na dimensão social inclui também a busca contínua de melhores níveis de qualidade de vida mediante a produção e o consumo de alimentos com qualidade biológica superior, através de opções sociais de natureza ética ou moral (CAPORAL e COSTABEBER, 2002).

Dimensão cultural

Na dimensão cultural, discutimos a questão da religiosidade e outros aspectos culturais. No assentamento existem duas igrejas com religiões diferentes bem atuantes. A católica e a Assembleia de Deus. As celebrações são realizadas aos domingos e uma vez por mês um Padre da cidade de Carlinda celebra missa. Os agricultores católicos participam das Comunidades Eclesiais de Base e um agricultor é liderança em nível municipal das CEBs. A igreja católica ainda é de madeira, mas está sendo construída em mutirão uma igreja de alvenaria.

Os católicos têm um grupo de reflexão que se reúnem todas às quartas-feiras nas casas de um membro para refletirem textos bíblicos de forma contextualizada com a comunidade e região. Os agricultores familiares católicos também têm envolvimento na Fazenda Esperança, um local de tratamento de dependentes químicos. Para os evangélicos, deveria existir apenas um local, um espaço para que todas as religiões pudessem se organizar e celebrar no mesmo local, porém não foi possível devido às disputas internas no assentamento.

Os agricultores de religiões diferentes participam de festas juninas e de datas comemorativas na Comunidade Del Rey. Há no PDS agricultores que cantam, que tocam violão e teclado. Em especial o assentamento conta com um artesão que trabalha com restos de madeira, utilizada de forma sustentável da reserva legal.

No que tange aos católicos eles ainda possuem o hábito de pedir a benção aos mais velhos, em especial à família. Ainda chamam os outros por compadres, comadres, afilhados; também há aqueles que procuram benzimento fora do PDS. Sempre que necessário realizam troca de trabalho ou pagam diárias; uns cuidam das casas e da parcela do vizinho quando se viaja ou sai para resolver assuntos das mais variadas naturezas. Uns possuem o hábito de cultivarem plantas medicinais para fazerem remédios caseiros ou usarem como chá no bioenergético.

Para os sujeitos, sua identidade é bem clara, identificam-se como agricultores familiares assentados. Há a participação dos assentados em festivais da canção do município de Carlinda, com premiação ganha por uma dupla (pai e filho) do PDS, destacando-se entre os talentos musicais do município.

Dimensão econômica

Na dimensão econômica, relataram possuir uma renda mensal mínima de 1 a 2 salários mínimos (renda da propriedade mais renda do trabalho extra, fora da parcela). As principais fontes de renda dentro da propriedade são o leite e a fruticultura (maracujá, em especial). Também complementam a renda com diárias extras à propriedade, seja dentro do PDS ou fora, em fazendas.

O sistema de produção, em sua maioria é convencional, porém estão trabalhando com a Agroecologia através do IOV. O IOV vem desenvolvendo trabalhos com os agricultores de recuperação de área de preservação permanente através de sistemas agroflorestais que tem gerado renda e contribuído para a segurança alimentar dos assentados.

Assim, a produção não necessariamente precisa prejudicar o meio ambiente ou destruir a diversidade (SACHS, 1986). A venda e a comercialização do maracujá e outras frutíferas é realizada na Compasc. A produção de subsistência, assim como a produção de bens de consumo em geral, também é importante. Geralmente “não costumam aparecer nas medições monetárias convencionais, mas que são importantes no processo de reprodução social e nos graus de satisfação dos membros da família” (CAPORAL e COSTABEBER, 2002, p. 78).

Dimensão ética

A ética foi uma das questões mais discutidas. Segundo os sujeitos desta pesquisa, a relação com os vizinhos é boa, pois há troca de favores, de serviços, de trabalhos, de coisas; ou seja, há uma boa convivência, uma relação de confiança e de respeito. Esta relação gera amizade, dignidade e tranquilidade em morar no PDS.

Para os agricultores os valores são os de ser justo, honesto e correto. Sempre procuram cumprir a lei, cumprir o que está no Plano de Desenvolvimento do Assentamento. Para a exploração da reserva legal do PDS foi construído um conjunto de regras; porém a ética do assentamento construída na época do PDA está

se transformando.

Dimensão alimentar

Na dimensão alimentar, cerca de 5 a 10 % de tudo que é consumido vem da propriedade. Apesar de ser um percentual baixo, o restante é adquirido com recursos oriundos das parcelas e de trabalhos realizados fora. Para a alimentação, produzem aves (frangos, galinhas, ovos); plantam inhame, mandioca, espécies frutíferas e ainda criam gado bovino para carne e leite. Do leite é feito queijo, requeijão e doces. Não há problemas com desnutrição e nem fome no PDS.

Dimensão escala

Com relação à escala, nesta dimensão, são 17 ha a parcela para a exploração; destes 1,5 a 2,4 ha são de área de Preservação Permanente como mata ciliar. Os 85 a 95 % são de pasto e o restante o quintal da casa (incluindo a casa, a horta e o pomar). Num contexto do PDS, este possui uma área de 34% de uso consolidado e 23% de área de pousio ou abandono; além dos 64% de reserva legal coletiva.

Dimensão técnica

Na dimensão técnica os sujeitos relataram que o preparo do solo é realizado com o uso de tratores e implementos agrícolas. Após análise de solo fazem a correção com a calagem e adubação seja química ou orgânica em área de produção de maracujá. A adubação também é realizada com adubos verdes e compostagens em sistemas agroflorestais. Os tratos culturais mais comuns são capina manual, roçagem manual com foices, com máquinas costais elétricas e roçadeiras; podas e desbastes de frutíferas; controle de insetos e doenças - químico ou orgânico, através de caldas bordalesa. Outras práticas agrícolas realizadas pelos assentados são o sistema agrossilvopastoril, a rotação de culturas, o consórcio de culturas, a cobertura morta do solo e o plantio direto.

Dimensão ambiental

Caracterizamos ambientalmente o Assentamento na dimensão ambiental. O Assentamento apresenta um bom potencial hídrico, sendo atravessado por dois córregos de regime perene. As principais fontes de água são intermitentes, secando

na época da seca, nos meses de maio a agosto. São 25 nascentes dentro de todo o PDS e 1,67% da área do assentamento é de reservatório artificial. Próximo ao PDS se encontra um dos maiores rios do norte de Mato Grosso, o Rio Teles Pires. O Rio Teles Pires é formador do Rio Tapajós, principal afluente do Rio Amazonas na sua margem direita.

As parcelas possuem áreas degradadas devido à exploração anterior ao Assentamento, uma vez que a área pertencia à fazenda São Paulo. Das Áreas de Preservação Permanentes, APPs das parcelas, cerca de 7% estão sendo recuperadas em parceria com o IOV que desenvolve atividades de sistemas agroflorestais e recuperação do solo com leguminosas; realização de semeadura em sucessivas linhas adensadas de espécies florestais e adubos verdes em forma de "muvuca de sementes".

Além das APPs degradadas, o solo do assentamento está degradado com presença de espécies espontâneas como o assapeixe; as erosões são visíveis e por falta de mata ciliar os córregos estão assoreados. O PDS possui uma reserva coletiva que só pode ser explorada de acordo com o PDA.

A área do Assentamento PDS São Paulo era ocupada primitivamente por vegetação de Floresta Ombrófila/Floresta Estacional, a qual atualmente cobre uma área de 1.415,43 ha que corresponde a 60,08% de toda área do assentamento, a reserva legal coletiva. Há uma grande diversidade de espécies vegetal e animal nesta reserva. Segundo os sujeitos, ainda é possível encontrar animais de pequeno, médio e grande porte como veados (*Ozotoceros bezoarticus*), onça (*Felis sp.*), lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), anta (*Tapirus terrestris*), cateto (*Tayassu sp.*), tatu-galinha (*Dasypus septemcinctus*), macaco (*Cebus sp.*), capivara (*Hydrochoerus hydrocaeris*), cotia (*Dasyprocta sp.*) e paca (*Cuniculus paca*). E também relataram as principais aves encontradas no Assentamento: arara (*Ara sp.*), siriema (*Cariama cristata*), tucano (*Ramphastos toco*), Bem-te-vi (*Litangus sp.*), anu-preto (*Crotophaga ani*), pica-pau (*Picidae*), beija-flor (*Trochilidae*), Inhambú (*Crypturellus sp.*), entre outras aves.

Há denúncias de pulverização aérea próxima ao assentamento. A pulverização prejudicou o cultivo de hortaliças e da cultura do maracujá; além de causar problemas de saúde nos assentados. Outro problema é que em 2017 houve queimadas no PDS prejudicando os SAFs e a produção de frutíferas.

Dimensão energética

Com respeito à dimensão energética do PDS, a principal fonte de energia é a elétrica. Obtiveram a instalação há pouco tempo, através do “Programa Luz para Todos” do governo federal. Ainda não fazem uso de energias renováveis como a solar, por não haver capital para o investimento - que é alto.

CAPÍTULO III

**CÍRCULO
DA SUSTENTABILIDADE
E DO BEM VIVER
DO PDS SÃO PAULO**



Introdução

Diante do cenário de discussão sobre a possibilidade da relação mais harmônica entre homem e natureza; da discussão sobre sustentabilidade e do bem viver que está presente no discurso acadêmico; no discurso dos movimentos sociais do campo e da cidade, dos órgãos públicos, na ATER, em especial no Bioma Amazônia, o que os agricultores familiares do Assentamentos PDS São Paulo compreendem por sustentabilidade e por bem viver? O assentamento PDS São Paulo é sustentável?

Para responder a estas perguntas, realizamos uma oficina geradora. Durante a oficina, propus a discussão das questões acima, através de três pontos a) o que cada um compreende por sustentabilidade e bem viver; b) o que “segura”, mantém a sustentabilidade do assentamento, no sentido do que é mais relevante para os agricultores para a sustentabilidade o bem viver; e c) como avaliar a sustentabilidade do assentamento. Um a um, cada sujeito deu sua contribuição com seus saberes e conhecimentos. As respostas foram bastante complexas e variadas, um conjunto de questões relacionadas à história, ao modo de vida, à cultura, às questões sociais, de organicidade e meio ambiente.

Durante a oficina, após a discussão sobre o que cada sujeito compreende por sustentabilidade e bem viver e apresentação de conceitos teóricos, realizamos a “dinâmica da teia” para subsidiar a avaliação da sustentabilidade do assentamento. Além da avaliação, o objetivo da dinâmica foi a materialização dos conceitos discutidos anteriormente. Com um novelo de linha/barbante em mãos, cada sujeito respondeu a segunda questão proposta para a oficina: o que é necessário para “segurar”, manter a sustentabilidade do assentamento?

Conforme o novelo de linha ia sendo jogado para cada participante, este o segurava e passava-o para a outra pessoa de forma aleatória, formando uma teia. A teia representava o assentamento. Didaticamente usamos a imagem de uma teia para avaliarmos a sustentabilidade do Assentamento, uma vez que se um ou mais fios forem deixados, quebrados toda a sustentabilidade do assentamento estará comprometida.

A sustentabilidade e o bem viver do Assentamento PDS São Paulo

Para os agricultores familiares assentados do PDS São Paulo, sustentabilidade envolve questões relacionadas com a produção de alimentos: “tudo o que se usa para se alimentar, para sobreviver sem eliminar o que se tem, se manter ao longo do tempo; é conseguir manter em algum lugar, produzir”. Os sujeitos deste trabalho compreendem que a “agricultura familiar tem que plantar de tudo, conseguir viver do que se planta e ter o sustento da parcela. Quando se compra de fora da parcela não se sabe o que se come, de onde vem. A sustentabilidade ajuda a família a ter uma alimentação saudável. É preciso saber o que a terra oferece e se a terra não oferece saber o porquê”.

Analisaram que para que haja sustentabilidade é preciso diversificação da produção. “Ter uma produção diversificada, diversificar as culturas agrícolas e assim sustentar a renda e garantir a permanência na parcela. Infelizmente os agricultores familiares não conseguiram desenvolver esta diversificação ainda”, avaliaram os sujeitos. Analisaram que “não adianta nada plantar, produzir se não tiver onde vender”.

Outra questão muito debatida entre os sujeitos é a questão da organicidade dos agricultores familiares. Para eles “se não tiver organização, não terá sustentabilidade. Se não tiver uma boa política e uma boa associação, organização não tem sustentabilidade. Como o PDS é coletivo, temos que pensar coletivamente. Uma ideia diferenciada, coletiva, com objetivos comuns rumo à sustentabilidade”. Fica evidente aqui que a organização coletiva é a principal responsável pelas conquistas dos sujeitos no assentamento.

O cuidado, a política e a ética também foram mencionados como fundamentais para que haja sustentabilidade. Para os sujeitos “o cumprimento das regras do PDA, cumprir o que está no estatuto da associação, ter ética é sustentabilidade”. Ainda afirmaram que “se tiver uma boa política, se tiver um bom cuidado com o meio ambiente, se tiver ética das famílias do PDS o projeto (assentamento) será sustentável”. Acreditam que sustentabilidade é muito ampla e que “tem moradores no PDS que querem viver de forma sustentável”. Além de ter ética, organização, produção, “é necessário ter florestas, rios, nascentes, áreas de preservação permanente e sistema agroflorestal para ser sustentável”, relataram os sujeitos. Sendo assim, Boff (2016) conceitua sustentabilidade como sendo:

O conjunto dos processos e ações que se destinam a manter a vitalidade e a integridade da Mãe Terra, a preservação de seus ecossistemas com todos os elementos físicos, químicos e ecológicos que possibilitam a existência e a reprodução da vida, o atendimento das necessidades da presente e das futuras gerações, e a continuidade, a expansão e a realização das potencialidades da civilização humana em suas várias expressões (BOFF, 2016, p. 14).

Para Carneiro e Alves (2015) apresentam a sustentabilidade como princípio ético. Para os autores não basta somente de ações sustentáveis, mas é preciso ser sustentável, com valores como respeito à natureza; preservação a biodiversidade e compromisso com a sustentabilidade.

Enfim, para os sujeitos do PDS São Paulo, a sustentabilidade engloba o social, o econômico, o ambiental, a rentabilidade, a ética, a coletividade, a resiliência, a organicidade, a diversidade, a política e a qualidade de vida.

Com relação ao bem viver, os sujeitos acreditam que está relacionado com a união e a coragem. Segundo eles não importa tanto a produção, o como se sustentar; o mais importante é estarem unidos e tiver coragem para viver. O bem viver é ter coragem de encarar o que almeja. E pensam que a terra (a parcela) é um começo para o bem viver. Enfatizam que é necessário "fazer o que pode na parcela, viver. Nosso lugar é aqui. Sentimo-nos bem. Esperamos que melhore o bem viver aqui no PDS".

Outros aspectos relacionados ao bem viver, são a luta, a organização, a participação e o comprometimento com o PDS. Para os sujeitos, eles não estão sozinhos, possuem uma cooperativa que procura contribuir com o bem viver de todos; que agrega valor aos seus produtos. Acreditam que o bem viver é a busca pelos direitos enquanto entidade é "cobrar e correr atrás"; é ter conhecimento das leis e se não observarem a lei não terão o bem viver.

É consenso também entre os agricultores assentados que o bem viver é organizar a comunidade, ter compromisso e participar. Essa ideia fica explícita na fala dos sujeitos "temos que brigar, arregaçarmos as 'mangas'; se cruzarmos os braços não vamos conseguir o que queremos. Temos que querer. Se quisermos, lutamos, conseguimos". E esta consciência de lutar pelos direitos, é fruto da luta pela terra. Para os sujeitos, o bem viver também é estar em paz consigo, com a consciência; estar

em harmonia com a família, com a comunidade, com a natureza e com a sociedade. É ter um propósito de vida, ter foco, objetivos, ter sentido para viver e procurar alcançar os objetivos, ter uma base, uma fé e buscar a Deus. "Estar em paz onde você estiver consciência onde você mora", assim afirmam.

Outra noção de bem viver é que o PDS está rumo à sustentabilidade, e está sendo construído. "Cada um se sustenta como pode. É difícil sobreviver. Essa sustentabilidade é difícil e é nova. Temos que construir este bem viver. É uma construção. Iniciamos em 2004 e está avançando. Em 2012 avançou com o nosso sonho conquistado de ter a terra. Faz parte da vida e que as dificuldades nos tornam mais fortes", relatam os sujeitos. Acreditam que é necessária a garantia da sustentabilidade, e esta é uma construção. Relataram que pegamos a terra degradada, explorada há mais de 20 anos com pastagem. Enfim, para os sujeitos o bem viver vai se construindo e vão avançando. Citaram a fruticultura como um avanço na questão da produção e geração de renda. Pensam que é um processo que vai sendo construído em passos. "Às vezes damos um passo pra frente, outras vezes um passo para trás. Vai sendo construindo se moldando, tendo os objetivos, buscando a nossa sobrevivência", advogam os agricultores familiares assentados.

Para o bem viver os sujeitos também relataram depender do INCRA. "Precisamos entender o momento. Vivemos num momento em que o governo não é o da agricultura familiar. Podemos viver cobrando, buscando outros meios. O objetivo do governo é acabar, desestruturar o INCRA. Está deixando de fazer diversas atividades, além do mais como pensar em bem viver com o congelamento dos gastos públicos?", observam os sujeitos. Analisaram que o bem viver ficou paralisado no PDS, mas que precisam superar essa paralisação e que as instituições não estão presentes no PDS como deveriam. Acreditam que é necessário fazer parcerias institucionais para colaborar com a construção do bem viver. Citaram ainda que o bem viver passa por terem mais conforto, pela garantia de ter o pão de cada dia.

Os sujeitos também estão preocupados com o bem viver, uma vez que "quando vemos plantios de soja ao redor do PDS isso dá uma preocupação para o bem viver. Vivemos numa 'bolha', pois, ao redor tem soja. O que nos rodeia é totalmente fora dos nossos objetivos". Assim, o estar tranquilo, em paz no PDS está em ameaça com a monocultura da soja que está sendo desenvolvida na região.

Por fim, resumiram que para o bem viver é necessário: primeiro, ter fé em Deus;

segundo se preocupar em garantir o pão de cada dia; e terceiro, viver em harmonia com a família, com a comunidade e com a natureza. Assim, "o bem viver se caracteriza como uma manifestação popular e comunitária que tem a vida com dignidade como referencial maior de planetarização" (KEIM E SANTOS, 2012, p. 26).

Neste contexto, os pilares que sustentam que seguram a sustentabilidade e o bem viver do PDS São Paulo, segundo os sujeitos são: a história, a organização, a produção, a ética, a política, a preservação e a religiosidade (figura 14).

No pilar história citaram a luta pela terra, a coragem, a esperança e a resiliência. A história de luta é muito importante para os assentados, uma vez que dá unidade às famílias e mantém a identidade do PDS. No decorrer do processo de luta tiveram muita coragem e esperança. Para viverem no acampamento tiveram que lançar mão de tudo. Assim, afirmaram que "dentro da coragem foi conseguido realizar o sonho de ter um pedaço da terra. Hoje tenho uma comunidade, terra, vizinhos, uma grande família. A coragem é que mantém todos no PDS. Manter a coragem para não desanimar e não perder a esperança". A palavra resiliência foi citada pelos sujeitos. Conceituam-na como sendo a capacidade de renovar-se, de viver, de ser criativo, de se reinventar-se. Foi assim que conseguiram viver 10 anos acampados e assentados até os dias de atuais. Apesar disso, concordam que ainda falta renda para poderem ter uma vida mais digna.

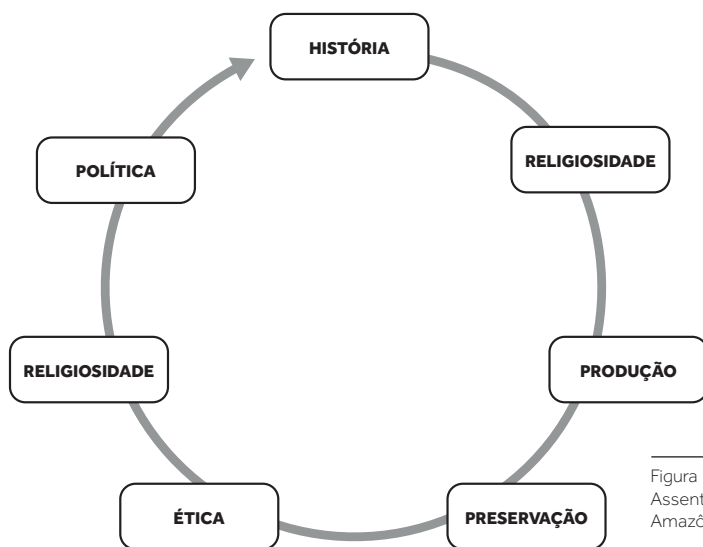


Figura 14. Círculo da sustentabilidade do Assentamento PDS São Paulo, Carlinda, Amazônia mato-grossense

No pilar “organização”, a política, as pessoas, a coletividade, a associação, as cooperativas, as instituições públicas, as ONGs e a permanência na UAF foram citadas. Para os sujeitos, a vida em comunidade é central. Citaram que para assegurar a sustentabilidade do assentamento, as pessoas, os objetivos comuns, a coletividade, a associação e a cooperativa são fundamentais. “Sem elas o PDS já não mais estaria vivo e organizado”, concluem os sujeitos. Mas, para os sujeitos, se não houver ajuda exterior, como das instituições públicas e ONGs que contribuem para o desenvolvimento, não é possível se sustentar. Para eles, as instituições, entidades etc., “fazem parte do nosso dia a dia. Estas juntas me fazem ver as pessoas, um grupo de pessoas. Um conjunto de pessoas. Somos de todos, objetivos comuns. Foram as pessoas que nos fizeram viver até aqui; somos diferentes, mas com objetivos comuns”.

A produção é mais um pilar da sustentabilidade. Foi ressaltada a produção do leite, da fruticultura, da diversificação. A coleta de sementes e o autoconsumo também foram temas bastante debatidos. Para os sujeitos, esses elementos são fundamentais para o desenvolvimento econômico das famílias, sem os quais não seria possível viver no PDS. A sustentabilidade somente poderá ser alcançada no contexto de uma organização social que proteja a integridade dos recursos naturais e estimule a interação harmônica entre os seres humanos, o agroecossistema e o ambiente (ALTIERI, 2009).

No pilar política, com relação à política partidária, os agricultores familiares são divididos. Há um grupo com ideias mais progressistas, de esquerda, e outro grupo mais conservador, de direita. Isso gera conflitos, debates e muita conversa entre eles. Cada grupo defende seu pensamento, suas convicções e os debates chegam a ficar calorosos em quase todas as reuniões.

Ainda sobre política, os assentados são representados pela ATANC, que se reúne periodicamente para deliberar as demandas do assentamento. A agroecologia é um suporte e apresenta ferramentas metodológicas necessárias para que a participação da comunidade venha a se tornar a força geradora dos objetivos e atividades dos projetos sustentáveis (ALTIERI, 2009).

No pilar preservação, a água, a reserva legal, os sistemas agroflorestais e a natureza foram mencionados como sendo indispensáveis para a vida no Assentamento. Este é um ponto muito importante para os sujeitos do PDS, uma vez

que está presente nos discursos e nas ações desenvolvidas desde a ocupação do assentamento.

Na religiosidade pensam que a família, a paz/tranquilidade e o amor são fundamentais para o bem viver e a sustentabilidade. Para os sujeitos "não existe outra forma de falar de paz, de resiliência, se não falar em família, não dá para falar em sustentabilidade sem falar em família. O berço da sustentabilidade é a família". Para Woortmann (1990, p. 13) família é "um valor, o valor-família, permanente no tempo". Sobre o amor, foi falado que "tudo que vamos fazer tem que ter amor... com a família, com os vizinhos, não só pra gente. Até mesmo com os animais, com a natureza, é necessário amor. Sem ele não somos nada". E sobre a paz, para os agricultores familiares assentados, as pessoas precisam de paz, apesar de que não haver violência no PDS, entre as pessoas e entre as famílias.

No pilar ética, foram relatados o respeito e a consciência. Para os sujeitos "todo segmento social, órgãos, etc., precisam de um conselho de ética. Para que serve a ética? Se tiver pessoas, amor, paz, coragem, resiliência, associação, mas não tiver ética, não adianta. Na história de luta pela terra o movimento não tinha ética. A ética se encaixa na família, num relacionamento, dentro da religião... toda a sustentabilidade vai por água abaixo se não tiver ética. Fazer tudo dentro da ética".

Ainda os sujeitos relataram que "o PDS tem reconhecimento pela ética das pessoas. Nós mostramos que é possível sermos organizados. E fomos reconhecidos. Precisamos cultivar a ética, para não se perder o amor, a paz, a alegria e a confiança". Esta ética para os sujeitos os leva para o respeito, o cuidado com a natureza; uma consciência sobre usufruir os recursos para não acabar, não eliminar (figura 15).

Diante deste contexto, para avaliar a sustentabilidade do assentamento São Paulo, os sujeitos pensam que é necessário observar a realidade do estudo, da formação; a presença das pessoas nas reuniões, na igreja, etc.; observar e analisar a produção; o preço e a comercialização; observar o cumprimento da ética, da lei, dos estatutos, seja da cooperativa ou da associação; e observar se os assentados estão vendendo ou não às parcelas, os sítios.

Esta visão sobre avaliação da sustentabilidade está de acordo com a proposta do método utilizado neste trabalho. Compreendemos que a "sustentabilidade de uma sociedade se mede por sua capacidade de incluir a todos e garantir-lhes os meios de uma vida suficiente e decente" (BOFF, 2010, p. 18). Dessa forma, para que a pesquisa



Figura 15. Sistematização das categorias da sustentabilidade do Assentamento PDS São Paulo, Carlinda-MT

contribua com a sustentabilidade da agricultura, ela precisa estabelecer um sistema de referências que torne possível medir e quantificar a sustentabilidade (GLIESSMAN, 1990); e, no nosso caso, qualificar a sustentabilidade através do círculo da sustentabilidade.

Sendo assim, a preocupação com a avaliação da sustentabilidade, deriva do fato de ela permitir alertar para situações de risco; prever situações futuras; informar e guiar decisões políticas; corrigir eventuais desvios; definir ou monitorar a sustentabilidade de uma realidade; facilitar o processo de tomada de decisão; quantificar e simplificar as informações; detectar distúrbios ou desvios do planejamento; e ajudar a identificar tendências ou ações relevantes (MARZALL e ALMEIDA, 1998).

A partir dessas observações e motivações é que avaliamos a sustentabilidade, o bem viver dos agricultores familiares, descrito a seguir.

Círculo das percepções e narrativas sustentáveis do PDS São Paulo

Em um novo encontro (figura 16), diante das percepções de como avaliar a sustentabilidade dos assentamentos, construímos um quadro com o objetivo de sintetizar e melhor visualizar os resultados do debate sobre o que “segura” a sustentabilidade dos assentamentos na oficina geradora. A partir da discussão, organizamos didaticamente o resultado em torno do que mantém a sustentabilidade dos assentamentos, das dimensões da sustentabilidade e das narrativas e percepções dos sujeitos acerca da sustentabilidade do assentamento.

Estas palavras que “securam” a sustentabilidade do assentamento classificamos como categorias da sustentabilidade; para cada categoria, sistematizamos (resumimos) estas em pilares da sustentabilidade; enquadramos estas categorias também nas dimensões da sustentabilidade, adaptadas de Machado e Machado Filho (2014). A avaliação da sustentabilidade do assentamento se deu a partir das categorias com as respectivas percepções e narrativas dos sujeitos da pesquisa, além a mensuração através de cores, que representavam uma condição da sustentabilidade.



Figura 16. Processo de avaliação da sustentabilidade do Assentamento PDS São Paulo.

Os produtores precisam ser capazes de avaliar um sistema produtivo particular, determinado: a) a que distância ele está da sustentabilidade; b) quais de seus aspectos são menos sustentáveis; c) exatamente de que forma sua sustentabilidade está sendo minada; d) como ele pode ser alterado de forma a se mover na direção de um funcionamento sustentável (GLIESSMAN, 2009).

Percepções e narrativas sustentáveis do PDS São Paulo

Abaixo (quadro 01), a avaliação qualitativa da sustentabilidade do PDS São Paulo, Carlinda-MT.

Quadro 01. Narrativas sustentáveis do Assentamento PDS São Paulo, Carlinda-MT, 2019.

Categoria da Sustentabilidade	Pilares da Sustentabilidade	Dimensão da Sustentabilidade	Percepções/Narrativas da Sustentabilidade
História/luta	História	Ética/política	"As memórias da história de luta pela terra estão presentes no nosso dia-a-dia".
Coragem	História	Ética/política	"A coragem em lutar pela terra é muito importante para nós, uma vez que dá unidade às famílias e mantém a identidade do PDS; além do mais, se não fosse a coragem não estaríamos aqui".
Esperança	História	Política	"Sem esperança não é possível viver. Todos possuem esperança de que as coisas vão melhorar".
Resiliência	História	Política	"Estamos sempre se reinventando e buscando a superação dos desafios e dificuldades".
Resiliência	História	Política	"Estamos sempre se reinventando e buscando a superação dos desafios e dificuldades".
Objetivos comuns	Organização	Política	"Os objetivos estão de tornando individuais. É preciso retomar a luta por melhorias do PDS através da participação da ATANC".

Associação	Organização	Política/administrativa	"É necessário melhorar a comunicação, a política da administração e gestão da ATANC. Falta recursos para a administração da associação. A participação dos sócios está muito fraca pois há uma gestão ruim".
Cooperativas	Organização	Política/administrativa	"Cerca de 50% dos assentados participam da COMPASC. Porém a participação está fraca. É necessário um maior benefício aos cooperados".
Instituições públicas	Organização	Social/técnica	"As instituições não estão tão presentes como deveriam".
ONGs	Organização	Técnica	"As ONGs estão distantes do PDS. Já foram mais atenciosas e atuantes".
Ética	Ética	Ética	"A maioria dos agricultores familiares assentados está seguindo a ética do PDS".
Respeito	Ética	Ética	"Todos se respeitam no PDS apesar das divergências políticas".
Política	Política	Política	"Ainda há muitas divergências políticas ideológicas e uma fraca participação dos sócios na ATANC".
Pessoas	Organização	Social	"A gente faz o possível para viver bem com todos. A maioria é de adultos e idosos. Poucos jovens e crianças".
Coletividade	Organização	Cultural/social	"Precisa retomar a coletividade. Quando a gente vivia nos barracos a coletividade e a união eram bem melhores".
Família	Religiosidade	Social/cultural	"As famílias buscam estar sempre unidas e estruturadas".
Amor	Religiosidade	Cultural/ética	"Procuramos viver de forma harmoniosa, respeitando as pessoas".
Paz/tranquilidade	Religiosidade	Cultural/ética	"Não há problemas com violência no PDS. As gente vive tranquilo, podemos sair de casa e largar sozinha, sem problemas".

Leite	Produção	Econômica	"Ainda falta melhorar a produção e a produtividade do leite".
Fruticultura	Produção	Econômica/técnica	"Falta organização no processo de produção e comercialização da fruticultura".
Produção diversificada	Produção	Econômica/técnica/escala	"O que predomina é a pastagem. Porém há produção de maracujá e outros alimentos nos quintais. Estamos num processo de diversificação e de aumento da área de cultivos".
Coleta de sementes	Produção	Econômica/ambiental	"No momento está parado por falta de demanda".
Autoconsumo	Produção	Alimentar	"A produção ainda não é suficiente. Falta diversidade na produção para o autoconsumo".
Permanência na UAF	Organização	Social/cultural	"Há assentados que abandonaram as parcelas e foram embora. Isso compromete a permanência na UAF".
Água	Preservação	Ambiental/energética	"Existem problemas com a falta d'água na época da seca".
Reserva legal	Preservação	Ambiental	"Está completamente preservada".
SAF	Preservação	Técnica/ambiental	"Desenvolvimento para a recuperação de APP e produção de alimento. Porém nem todas as parcelas possuem SAF".
Consciência	Ética	Ética	"É um processo que vai sendo construído ao longo da formação de cada sujeito".
Natureza	Preservação	Ética/ambiental	"Está sendo usufruída, mas de forma sustentável, para não acabar".

Fonte: O autor.

Na figura 17 é possível visualizar a avaliação quantitativa da sustentabilidade do PDS São Paulo. Nota-se no gráfico a seguir que das vinte e oito categorias avaliadas, doze são consideradas sustentabilidade forte (em verde) pelos sujeitos;

quatorze categorias possuem sustentabilidade média (em amarelo) e duas categorias, sustentabilidade fraca (em vermelho).

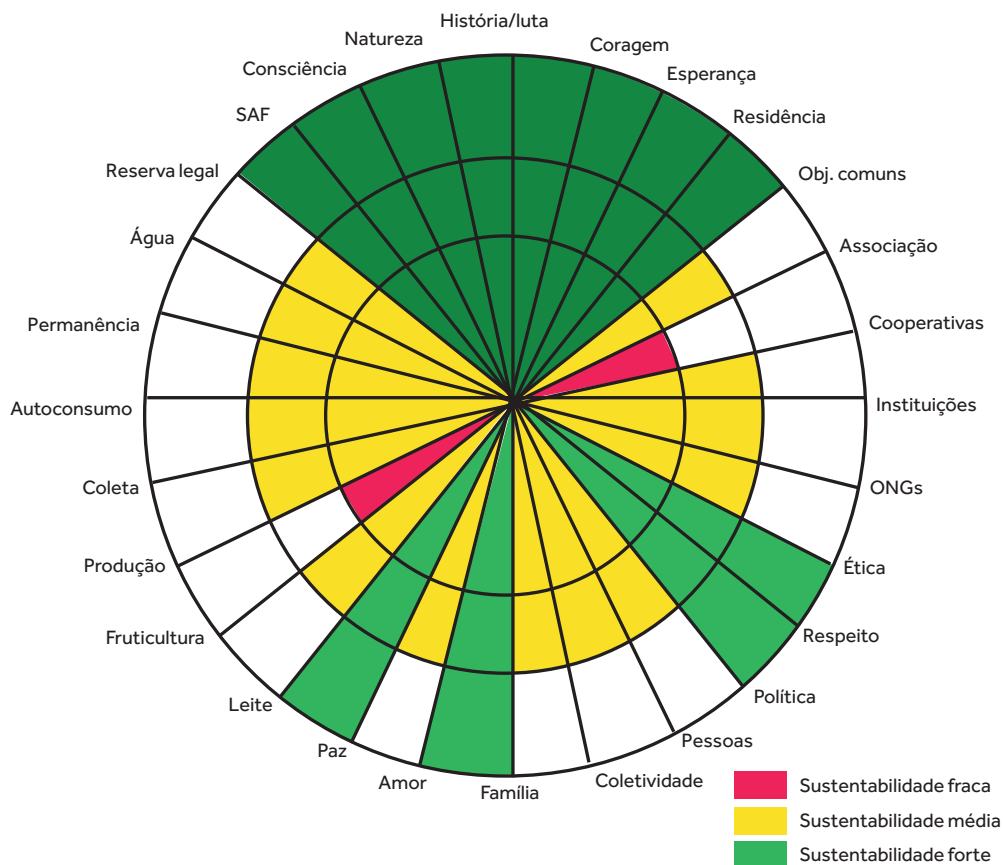


Figura 17. "Círculo da Sustentabilidade" do PDS São Paulo, Carlinda - MT com as vinte e oito categorias avaliadas pelos sujeitos

Em resumo (figura 18), os pilares que mais precisam de atenção no PDS São Paulo são a organização, a política e a produção. Já a história, a ética, a religiosidade e a preservação são os pilares melhor avaliados pelos sujeitos.

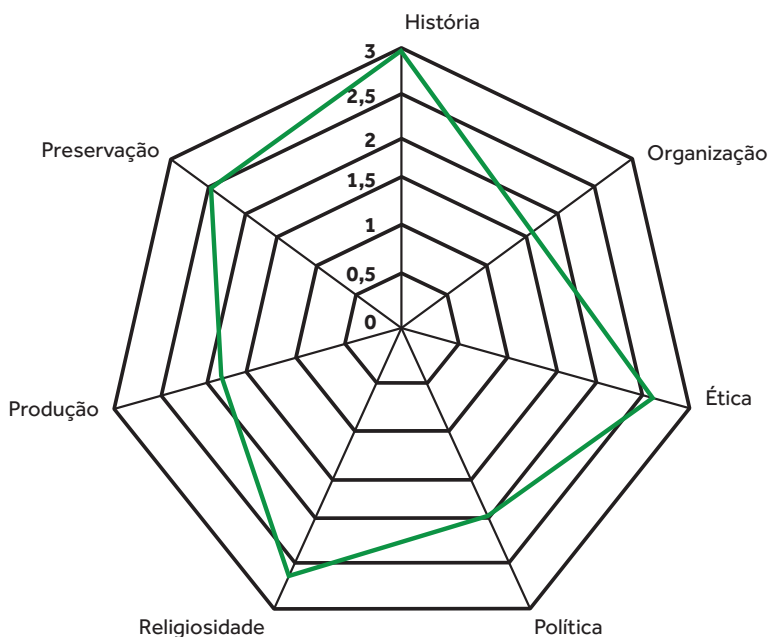


Figura 18. "Círculo da Sustentabilidade" com os sete pilares do PDS São Paulo, Carlinda - MT

Vale destacar que no pilar preservação, além da reserva legal ser conservada, vários agricultores familiares estão trabalhando com a agroecologia, o que tem contribuído para a preservação da água, do solo e da agrobiodiversidade. A este respeito discutiremos na próxima seção sobre as contribuições da agroecologia para a sustentabilidade e o bem viver dos assentamentos rurais da Amazônia norte mato-grossense.

Dessa forma, a maioria dos sujeitos deste trabalho acredita que o PDS é sustentável. Alguns responderam que o PDS é sustentável em partes. "Em partes sim, em partes não, outras partes estão em construção, ainda falta recursos financeiros. Precisa atingir 50% mais um para a maioria ser sustentável". Para eles a reserva legal coletiva é sustentável, pois está 100% preservada. O PDS é sustentável, pois para eles, "estamos recompondo as áreas de preservação permanente e realizando o plantio de diversas culturas agrícolas nas parcelas".

Alegam que foram obrigados a aceitar a modalidade de Projeto de Desenvolvimento

Sustentável e que por isso “todos somos obrigados a assumir o PDS e fazer sair do papel”. Acreditam que a sustentabilidade está em construção; assim com a utopia, estão caminhando rumo à sustentabilidade. Para os agricultores familiares assentados, “ainda faltam recursos financeiros para a gente investir nas parcelas e sermos sustentáveis”. Uns disseram que usam agrotóxico, produtos químicos e por isso ainda não são sustentáveis. “Ainda não, ainda usamos venenos e produtos químicos”. Relataram também que no PDS uns assentados venderam suas unidades agrícolas familiares (UAFs), pois não conseguiram sobreviver e desanimaram.

Também foi mencionado o problema da insegurança jurídica, por não terem a titulação das terras, e problemas com pulverização aérea em fazenda ao lado do PDS. “Ser sustentável onde não se tem consciência do fogo? Ser sustentável sem se preocupar com o coletivo? O PDS teve problemas com queimada; colocaram fogo e queimaram várias parcelas, pés de frutas, roças, etc. O que a ATANC está fazendo? Será que os assentados estão discutindo estas questões ambientais? Essa queimada foi sem planejamento. Não existe sustentabilidade numa situação dessas. Faltou comunicação com os vizinhos para se colocar fogo. Além disso, pessoas novas no PDS estão desestruturando o PDA e o PDS”.

Alguns sujeitos reclamam que ainda falta melhorar a ética da ATANC, pois argumentam que: “o falar em público, no coletivo sobre o que é sustentabilidade, a ATANC está deixando a desejar”. Por fim, concluíram que “o PDA é sustentável, mas para continuar sendo sustentável precisa ter boa teia”. E deixaram uma questão no ar “nós estamos realmente lutando”?

Neste contexto, os sujeitos pensam que daqui a 20 anos, estarão se sustentando dentro do PDS e que querem ver seus filhos, netos, morando na parcela... “uma parte da juventude está buscando formação e informação e que vai depender do direcionamento; vai depender dos objetivos pessoais, vai depender da qualidade de vida, os jovens poderão ficar se as condições melhorarem”. Mostraram a preocupação com a continuidade do assentamento ao concluírem: “tem pouca criança no PDS”.

CAPÍTULO IV

**ACERVO
HISTÓRICO-FOTOGRAFICO
DO PDS SÃO PAULO**



1970

Abertura da floresta amazônica para a
construção da cidade de Alta Floresta/MT



1980

Garimpo na região de Alta Floresta/MT



1980

Casa de comércio de ouro em Alta Floresta/MT



2004

Vinda das cestas básicas ao acampamento do movimento
sem-terra "Pinheiro Velho II" em Carlinda/MT



2004

Fechamento da MT-320 pelo movimento sem-terra dos
acampados do Pinheiro Velho I e II, em Carlinda/MT



2006

Mudança de acampamento dos sem-terras para o acampamento Nova Conquista, em Carlinda/MT



2004

Barracão de reuniões dos sem-terra acampados
do Pinheiro Velho II, em Carlinda/MT



2008

Ocupação da sede do INCRA de
Carlinda/MT pelos sem-terras

30 dias todas as
estradas serão
recuperadas

Com maquinários próprios a Prefeitura Municipal também vem fazendo a recuperação

Sem terras continuam na sede do INCRA de Carlinda

Sem Terras reclamam da falta de atendimento e afirmam que só vão sair da sede do órgão federal quando for decretada a desapropriação da Fazenda São Paulo

Foto: Lilliane Leal



... estão desde o dia 20 de maio acampadas dentro da sede do Incra

2009

Entrega de um trabalho do artesão Altair (à esquerda) assentado do PDS São Paulo ao ex-presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, em virtude da visita do ex-presidente à região norte de Mato Grosso



2012

Ocupação da Fazenda São Paulo pelos
acampados, na cidade de Carlinda/MT



2013

Construção do Projeto de Desenvolvimento do
Assentamento (PDA) do PDS São Paulo, em Carlinda/MT



2015

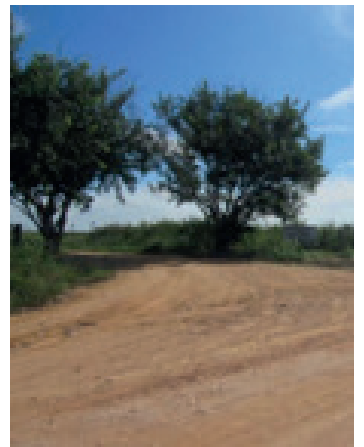
Sistematização das categorias da sustentabilidade do
Assentamento PDS São Paulo, em Carlinda/MT



2016

Processo de avaliação da sustentabilidade do
Assentamento PDS São Paulo.







Mosaico de imagens que fazem parte do acervo fotográfico da ATANC- Associação dos Trabalhadores Acampados Nova Conquista

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5ª ed. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2009.

AMARAL, D.M.; MONTRONE, A.V.G. Educação popular: metodologia de pesquisa como processo educativo. **Revista da FAEBA** – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v.24, n.43, p.75-88, 2015.

ARRUDA, Z.A. **Sinop**: território (s) de múltiplas e incompletas reflexões. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFPE. Recife, 1997.

BARROZO, J.C. (Org.). **Mato Grosso**. A (re) ocupação da terra na Fronteira Amazônica (século XX). São Leopoldo/RS: Oikos, Unisinos; Cuiabá/MT: EdUFMT, 2010.

BERGAMASCO, S.M.P.P.; NORDER, L.A.C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BERGAMASCO, S. M. P. A Realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estudos avançados**, v.11, n.31, p.37-49, 1997.

BOFF, L. **Cuidar da Terra, proteger a vida**. Como evitar o fim do mundo. Rio de Janeiro: Record, 2010.

_____. **O que é e o que não é sustentabilidade**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

BOGO, A. **O MST e a cultura**. Nera: São Paulo, 2000.

CAPORAL F.R; COSTABEBER, J.A. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**: perspectivas para uma nova extensão rural. *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*. v.1, n.1, 2002.

CARNEIRO, V.C.V.; ALVES, S.A Sustentabilidade como princípio ético: os conceitos weberianos sobre ética e ação social como subsídios teóricos dessa concepção. pp.1-14.

In: Encontro internacional sobre gestão empresarial e meio ambiente (ENGEMA), 17. São Paulo, 2015. **Anais...**São Paulo: ENGEMA, 2015.

CAVALCANTE, M.B.; FERNANDES, B.M. Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso. **NERA**. Presidente Prudente, v.9, n.8, p.109-121, 2006.

COSTA, R.H. **"Gaúchos" no Nordeste**: modernidade, desterritorialização e identidade. (Mimeo). Tese. (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, março de 1995.

GLIESSMAN, S.R. Quantifying the agroecological component of sustainable agriculture: a goal. pp.366-399. In: GLIESSMAN, S. R. (ed.). *Agroecology: researching the ecological basis for sustainable agriculture*. New York: **Springer-Verlag**, 1990.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRRGS, 2009.

GUIMARÃES NETO, R.B. **A lenda do Ouro Verde**: política de colonização no Brasil contemporâneo. Cuiabá: UNICEM, 2002.

IBGE. (2010). **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Data de acesso: 26/02/2011.

IPAM. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. **A grilagem de terras públicas na Amazônia brasileira**. Brasília: MMA, 2006.

KEIM, E.J.; SANTOS, R.F. **Educação e sociedade pós-colonial**: linguagem, ancestralidade e o bem viver. Paulo Freire e Vilén Flusser. Vênê - Xokleng/Laklãnõ e Sumak Kawsay - Povos andinos. Jundiá, Paco Editorial, 2012.

LOERA, NR. **Tempo de acampamento** [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2014, 231p. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/8ycc4/pdf/loera-9788568334355.pdf>. Data de acesso: 12/04/2018.

MACHADO, L.C.P.; MACHADO FILHO, L.C.P. **A dialética da agroecologia**: contribuições para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MARZALL, K.; ALMEIDA, J. Parâmetros e indicadores de sustentabilidade na agricultura: limites, potencialidades e significado no contexto do desenvolvimento rural. **Extensão Rural**, n.5, p.25-38, 1998.

MASERA, O.; ASTIER, M., LÓPEZ-RIDAURA, S. **Sustentabilidad y manejo de recursos naturales**: El marco de evaluación MESMIS. México: Mundi Prensa, 2000.

OLIVAL, A.A. **Estudo Propositivo do Território Portal da Amazônia**. MDA: Fundação Cândido Rondon, 2005.

PERIN, K.L. **Escola, colonização e formação da identidade do colono**: história e memórias da terra prometida de Alta Floresta – MT (1976-1982). 108p. Dissertação

(Mestrado em Educação no Instituto de Educação da UFMT) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2015.

PICOLI, F. **O capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

RIBEIRO, J.D. **Colonização e garimpo**: expropriação e violência no norte de Mato Grosso. In: BARROZO, J.C. Mato Grosso: do sonho à utopia. Cuiabá: EdUFMT/Carlini e Caniato Editorial, 2008.

SACHS, I. **Espaços, tempos e estratégias de desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986.

SELUCHINESK, R.D.R. **De heróis a vilões**: imagem e autoimagem dos colonos da Amazônia mato-grossense. 279p. Tese (Doutorado Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. 2008.

SOUZA, E.B. A distribuição de terras no Assentamento São Pedro em Paranaíta norte de Mato Grosso e o benefício às famílias da região. Alta Floresta: **Faculdade de Alta Floresta** - MT, n.2, n.4, 2015.

VIEIRA, P.A.S. **No coração do Brasil**: políticas públicas, desenvolvimento e colonização em Mato Grosso. Cáceres: UNEMAT, 2005.

WOORTMANN, K. "Com Parente Não se Negueia": O Campesinato Como Ordem Moral. **Anuário Antropológico/87**. Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990.

ZART, L.L. **Encantos, caminhos e desencontros**: migração na Amazônia norte mato-grossense. Cáceres: UNEMAT, 2005.

Este livro é fruto de minha tese de doutorado em engenharia agrícola na Unicamp, em Campinas – SP. É um trabalho realizado de forma coletiva e participativa com os agricultores e agricultoras assentadas do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) São Paulo, localizado em Carlinda, na Amazônia norte mato-grossense. O PDS São Paulo é uma modalidade de assentamento na qual implica a concessão de uso comunal da terra, bem como o desenvolvimento de atividades sustentáveis, baseada no modelo de Reservas Extrativistas da Amazônia. O PDS possui 48 parcelas, com 47 famílias em uma área de 2.390,07 ha, sendo 63,25% de reserva legal. No primeiro capítulo do livro, "círculo da história", apresento a história, a formação e a organização do assentamento PDS São Paulo. No "círculo do diagnóstico do assentamento", segundo capítulo, problematizo e analiso a realidade do PDS. E por fim, no terceiro capítulo, discuto as "narrativas e percepções dos sujeitos a respeito da sustentabilidade a partir do bem viver". A publicação desse livro só foi possível graças ao financiamento coletivo através de doações de diversas pessoas que acreditaram nesse projeto e, num ato de generosidade e solidariedade, contribuíram para tal. A todas e todos que contribuíram, o meu mais profundo agradecimento!

